PREGÃO ELETRÔNICO

451/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

(254445)

OBJETO

Registro de preços para aquisição de material elétrico e automação diversos, em atendimento a Bio-Manguinhos

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ sigiloso

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **24/11/2026** às **09h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item e por grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Edital 218/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
218/2026	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	JULIANA MARIA ASCENSO REIS	05/11/2026 13:29 (v 0.4)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.001696/2026-82

1. DO OBJETO

Torna-se público que Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), por intermédio do INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS (BIO-MANGUINHOS), sediado Av. Brasil nº 4.365 - Manguinhos – RJ, realizará licitação, para registro de preços, na **modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, via SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS,** nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.1. O objeto da presente licitação é para *aquisição de material elétrico e automação diversos*, em atendimento a Bio-Manguinhos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em item(s) e grupo(s), sendo este(s) último(s) formado(s) por dois ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.
1.2.1 relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;
1.2.2 relativamente ao(s) grupo(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.
1.3. Atentar para as especificações complementares dos itens. Os códigos CATMAT inseridos são aproximados, não representando com total exatidão os descritivos dos materiais requeridos. Portanto, os descritivos considerados na realização desta compra são os constantes no termo de referência e especificação detalhada dos itens.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
3.7. Não poderão disputar esta licitação:
3.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
3.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
3.7.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
3.7.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
3.7.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
3.7.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
3.7.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
3.7.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
3.7.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
3.7.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
3.7.11 sociedades cooperativas;
3.7.12 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
3.7.13 pessoas físicas.
3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.4 e 3.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.4 e 3.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
3.14. A vedação de que trata o item 3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

4.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

4.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.11.2 deste Edital.
5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
5.5.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
5.6.1 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a

assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.7 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.8 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.9 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.10 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 e 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
6.1.1 valor unitário e total do item e do grupo;
6.1.2 marca;
6.1.3 fabricante;
6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
6.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.
7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
7.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
7.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
7.17.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
7.17.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
7.17.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
7.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
7.17.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
7.19.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à

classificação;
7.19.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
7.19.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
7.19.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto n° 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU n° 226, de 9 de setembro de 2025.
7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
7.20.1 empresas brasileiras;
7.20.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
7.20.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
7.22.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
7.22.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
7.22.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
7.22.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
7.22.5 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
7.22.6 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
8.1.1 Sicaf;
8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
8.8.1 contiver vícios insanáveis;
8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
8.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
8.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
8.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
8.12.1 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
8.12.2 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
8.12.3 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro

/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente

subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:
9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
9.13.3 suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
9.13.4 suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.
9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
14.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.
14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
14.1.6 fraudar a licitação;
14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;
14.2.2 multa;
14.2.3 impedimento de licitar e contratar e
14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.
14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles

comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacao@bio.fiocruz.br
15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.
16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br
16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;
16.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Termo de Ciência e Concordância;
16.11.1.3. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
16.11.2 Anexo II – Especificação Detalhada dos itens;
16.11.3 Anexo III – Minuta de Contrato
16.11.4 Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;
16.11.5 Anexo V - Portaria nº 01/2026-Cogead;

Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2026.

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

JUNILTON BARBOSA SILVA

Agente de contratação

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Termo de Referência 524/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
524/2026	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	JULIANA MARIA ASCENSO REIS	05/11/2026 11:06 (v 0.4)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.001696/2026-82

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de *material elétrico e automação diversos, em atendimento a Bio-Manguinhos*, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

UNITÁRIO							
Item RCO	Item	Material	Marca	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
2	10577	SINALEIRO DE PAINEL; 110V; VERMELHO;22MM; L20-DR1-R, METALTEX	METALTEX	UN	5		
3	24062	BORNE, INTERLIGACAO; SAK 2,5MM²;24A/800V; SAK2,5EN, CONEXEL	CONEXEL	UN	93		
4	29962	FITA, ISOLANTE; PVC; 19MMX20M; 33+3M; H0002243782, SCOTCH-BRITE	SCOTCH-BRITE	UN	20		
6	36483	CHAVE, NIVEL; 15A; 250V; 2M; CB2002, MARGIRIUS	MARGIRIUS	UN	8		
8	48232	MODULO, TOMADA; 2P+T; 10A; BRANCO; 1427, FAME; APL ESTUFA	FAME	UN	72		
9	53090	TOMADA, SOBREPOR; 2P+T;16A; GHG5114306R3001, CEAG; APL BALANCA	CEAG	UN	3		
19	59863	MODULO, TOMADA; 2P+T;20A; BRANCO; MODULARE/EVIDENCE; 1428, FAME	FAME	UN	24		
22	62107	CANALETA, PA/SA; PVC; 300X300MM; TQ; HD2PF, HELLERMANN	HELLERMANN	M	10		
24	63224	CHAVE, COMUTADORA; 5-POLOS; 10-2A170/10Z+FS, EFE-SEMITRANS	EFE-SEMITRANS	UN	16		
25	63543	VIDEO, PORTEIRO; 100/240V; 50/60HZ; BRANCA; IVR1010, INTELBRAS	INTELBRAS	UN	1		
26	65183	FONTE, ELETRICA; ENCAPSULADA; 12V; CPD.07192, FABRIMAR	FABRIMAR	UN	1		
37	49260	LAMPADA, FLUOR, TUB, T8, 15W, G13, NEGRA, 450MM, 15WBL, GERMFREE	GERMFREE	UN	4		

LOTE 1							
Item RCO	Item	Material	Marca	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	7190	PLACA CEGA; 4"X2"; CINZA; 8510, SILENTOQUE, PIAL LEGRAND	PIAL LEGRAND	UN	9		
5	31486	QUADRO COMANDO; CEMAR; 500X500X250MM; FLANGE;901115, LEGRAND	PIAL LEGRAND	UN	2		
18	59202	MODULO, ENTRADA; PIAL-PLUS;2P+T;20A;250V;615079, PIAL LEGRAND	PIAL LEGRAND	UN	15		
20	61547	PLACA, 2POSTOS; BRANCA;4X2;618506, PIAL LEGRAND	PIAL LEGRAND	UN	8		
23	63190	PLUGUE; PROFISSIONAL; REFOR;2P+T; 10A, 250V; 615852, PIAL LEGRAND	PIAL LEGRAND	UN	12		
27	65556	MODULO, ENTRADA; INTERRUPTOR; 2P+T;10A; 250V; 612005, PIAL LEGRAND	PIAL LEGRAND	UN	2		
28	66185	PLUGUE, MACHO;10A;250V;2P+T; CINZA; 615921, PIAL LEGRAND	PIAL LEGRAND	UN	30		
					TOTAL R$		

LOTE 2							
Item RCO	Item	Material	Marca	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
7	36601	QUADRO, COMANDO; 500X500X200MM; S/FLANGE; 902313, CEMAR	CEMAR	UN	2		
21	61571	QUADRO DISTR FORCA; 16 DISJ; DIN; 100A;903411/N, CEMAR	CEMAR	UN	1		
					TOTAL R$		

LOTE 3							
Item RCO	Item	Material	Marca	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
12	55848	RELE; FALTA-FASE; 220VCA; BVTD-P, COEL	COEL	UN	7		
13	56042	INTERRUPTOR, HORARIO; 220VCA; RECARREGAVEL; BWT40DRRP, COEL	COEL	UN	21		
					TOTAL R$		

LOTE 4							
Item RCO	Item	Material	Marca	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
16	58335	TAMPA, PLANO, LISA; BR; 1,5MMX3M; DT1514000, DUTOTEC	DUTOTEC	UN	30		
17	58338	BLOCO, CEGO; BRANCO; DX9920000, DUTOTEC	DUTOTEC	UN	100		
					TOTAL R$		

LOTE 5							
Item RCO	Item	Material	Marca	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
10	54647	INSERTO, FEMEA; 16-POLOS; TMH16F, HARDE	HARDE	UN	2		
11	54649	INSERTO, MACHO; 16-POLOS; TMH16M, HARDE	HARDE	UN	2		
					TOTAL R$		

LOTE 6							
Item RCO	Item	Material	Marca	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
14	58330	SINALEIRO, OLHO BOI; VERDE; 24V; 1W; PLR108VD, JNG	JNG	UN	167		
15	58331	SINALEIRO, OLHO BOI; VERMELHO; 24V; 1W; PLR108VM, JNG	JNG	UN	192		
					TOTAL R$		

LOTE 7							
Item RCO	Item	Material	Marca	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
29	6934	LÂMPADA MISTA; 220V; 250W; BOCAL E40	-	UN	24		
30	7120	LÂMPADA FLUORESCENTE; COMUM; LINEAR; TUBULAR CONVENCIONAL; 32W	-	UN	20		
31	7582	LÂMPADA FLUORESCENTE; COMPACTA; 127V X 9 W	-	UN	27		
32	7584	LÂMPADA FLUORESCENTE; COMPACTA; 127V X 20 W	-	UN	3		
33	28919	LAMPADA TUBULAR; ULTRAVIOLETA; 15W	-	UN	1		
34	28922	LAMPADA TUBULAR; ULTRAVIOLETA; 20W; T8	-	UN	15		
35	35468	LAMPADA; LED; TUBULAR; 18W; BIVOLT; T8; G13; 1200MM	-	UN	20		
36	41526	LAMPADA, LED; 15W; 100-230VAC; BR; 6500K; 1550LM	-	UN	3		
					TOTAL R$		

LOTE 8							
Item RCO	Item	Material	Marca	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
38	50743	LAMPADA, LED; GLOBE; 30W; E27; 6500K; BIVOLT	-	UN	20		
39	51206	LAMPADA, LED; CAPACIDADE150W; TEMPERATURA; COR; 5000-6000K	-	UN	4		
40	55973	LAMPADA, LED; TUBULAR; T8; HO; G13;65W;6500K, BIVOLT	-	UN	12		
41	64349	LAMPADA, HALOGENA; BIPINO; GY6.35; 50W; 24V; 3000K	-	UN	8		
42	66034	LAMPADA, LED; BULBO; A55; 6W; BIVOLT; 3000K	-	UN	6		
43	66758	LAMPADA, LED; BULBO; BIVOLT; 3000K; 9W; AMARELA	-	UN	4		
					TOTAL R$		

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois possuem especificações padronizadas, amplamente disponíveis no mercado, com qualidade e desempenho objetivamente definidos, atendendo ao conceito previsto no art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do recebimento do pedido ou data consignada na cláusula de vigência contratual quando utilizado o termo de contrato, com fulcro no art. 105 e 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I. *ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000007/2026;*
II. *Data de publicação no PNCP: 30/04/2025;*
III. *Id do item no PCA: Conforme item 11, anexo deste termo de referência;*
IV. *Classe/Grupo: Conforme item 11, anexo deste termo de referência;*
V. *Identificador da Futura Contratação: Conforme item 11, anexo deste termo de referência.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Preferencialmente que os materiais sejam fabricados com materiais recicláveis ou com conteúdo mínimo de material reciclado, comprovado por declaração do fabricante ou ficha técnica;

4.1.2 Preferência por materiais recicláveis, embalagens reduzidas e logística reversa obrigatória; e

4.1.3 Eficiência energética, durabilidade dos componentes e comprovação de políticas ambientais corporativas.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação, será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s) SPIRAX SACO, característica(s) ou modelo(s), de acordo com as disposições do Estudo Técnico Preliminar e tabela 1.1. deste Termo de Referência.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, uma vez que são materiais comuns no mercado e sem prestação de serviços a ser contratada.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois trata-se de aquisição de itens de natureza comum, sem alta complexidade técnica ou obrigações futuras estruturadas além da entrega imediata ou integral.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados do envio por endereço eletrônico, formulado sob Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de entrega, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: *Almoxarifado de Bio-Manguinhos – Fundação Oswaldo Cruz - Avenida Brasil, 4365 – Bairro Manguinhos – CEP 21045-900, Rio de Janeiro-RJ – Horário: 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:00.*

5.3.1 As entregas só poderão ser feitas com agendamento prévio junto ao Almoxarifado de Bio-Manguinhos através do e-mail: agendarecebimento@bio.fiocruz.br e pelos telefones: (21) 3882-7017 ou (21) 3882-9468, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Entregas não agendadas não serão recebidas. Ressaltamos que o almoxarifado não abre para recebimento nos últimos 03 (três) dias úteis do mês.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
7.2.4 Multa:
7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;
7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.
7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou

será cobrada judicialmente.
7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou

instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1 o prazo de validade;

8.11.2 a data da emissão;

8.11.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5 o valor a pagar; e

8.11.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.26.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/10*/2026.*

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente do pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral, a cada pedido.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br /empreendedor;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação
9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.
10.1.1 Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.
10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.
10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
10.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
10.3.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
10.3.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
10.3.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas.

_____
Servidor/Equipe Responsável

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024) OU (Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho_____, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.1. A contratada comprovou a regularidade respectiva, conforme consultas ao SICAF, CADIN e consulta consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Lista de Inidôneos do TCU, CNJ e CEIS), em ___/___/20__, anexadas ao processo nº 25386.000276/2026-89.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária da Capital, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ... (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ... de ..... de 20.... .

_____

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

LEONARDO PEREIRA DO NASCIMENTO

Membro da comissão de contratação

BRUNO LUIS MUZY

Membro da comissão de contratação

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Estudo Técnico Preliminar 617/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 25386.001696/2026-82

2. Descrição da necessidade

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo identificar e analisar cenários para atender à demanda descrita no Documento de Formalização da Demanda, além de demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções propostas. O ETP subsidia o processo de contratação, conforme estabelece o artigo 18, inciso II, da Lei 14.133/2021, e está em conformidade com o artigo 6º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/2022, fornecendo as informações necessárias para garantir a eficiência, vantajosidade e sustentabilidade da contratação pública.

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, unidade da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz, é responsável pela pesquisa, desenvolvimento, produção e fornecimento de vacinas, kits para diagnóstico e biofármacos ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a outros órgãos públicos. Sua missão é garantir o acesso a produtos essenciais para a saúde pública, contribuir para a autonomia tecnológica do Brasil e promover inovação no setor de biotecnologia. Bio-Manguinhos desempenha um papel estratégico na proteção e prevenção de doenças por meio da oferta de soluções biotecnológicas.

A instituição tem investido na ampliação de seu parque industrial, na produção de vacinas, biofármacos e reativos para diagnóstico, além de desenvolver novas tecnologias e produtos de alto valor agregado. Essa estratégia visa à prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que impactam a saúde pública do país. As diretrizes de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação são definidas com base em critérios como a situação epidemiológica do Brasil, a demanda dos diferentes programas do Ministério da Saúde, o avanço tecnológico do projeto e sua viabilidade econômica, bem como a capacidade científica e tecnológica, além do financiamento e gerenciamento.

Para atender plenamente à demanda do Ministério da Saúde por imunobiológicos, Bio-Manguinhos elaborou um planejamento para a aquisição de materiais de consumo, os quais estão incluídos no Planejamento Anual Orçamentário e associados às iniciativas estratégicas da unidade. Essa aquisição é fundamental para garantir a continuidade da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, permitindo à instituição cumprir sua missão de proteger a saúde pública e promover a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças de grande impacto no Brasil. Além disso, o investimento em materiais assegura o desenvolvimento de novas tecnologias e aumenta a capacidade de resposta do país diante de desafios epidemiológicos.

A contratação de serviços e produtos no âmbito da saúde pública, como os oferecidos pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, é de extrema importância para garantir o acesso da população a vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos. Essa essencialidade está diretamente ligada à missão da instituição de proteger a saúde pública, promovendo a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que afetam a qualidade de vida da população brasileira.

De acordo com o previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, o interesse público está intrinsecamente relacionado à necessidade de garantir a disponibilização contínua de produtos essenciais à saúde. A produção e o fornecimento de imunobiológicos não respondem apenas a uma demanda imediata, mas também ao imperativo de inovação e autonomia tecnológica do Brasil no setor de biotecnologia. Essa estratégia é vital para enfrentar os desafios epidemiológicos e assegurar que a população tenha acesso a tratamentos eficazes e preventivos.

Dessa forma, a contratação com Bio-Manguinhos fortalece a capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS) em atender às necessidades da população, contribuindo para a implementação de políticas públicas de saúde que buscam aumentar a cobertura vacinal e a eficácia no diagnóstico e tratamento de doenças. Assim, a essência dessa contratação reside em garantir não apenas a continuidade da produção de itens essenciais, mas também em promover a saúde e o bem-estar da sociedade como um todo.

Pedido de compra: 223071, 223202 e 223073

Os módulos de tomada, interruptores e placas de acabamento especificados neste Pedido de Compra são indispensáveis para a manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas de baixa tensão das áreas industriais, laboratoriais, administrativas e de apoio de Bio-Manguinhos/Fiocruz. Esses componentes são empregados na substituição de módulos, interruptores e tomadas desgastados, danificados ou fora de especificação, na recomposição de pontos elétricos em áreas produtivas, laboratoriais e administrativas, na adequação das instalações elétricas às necessidades operacionais dos ambientes e na recomposição de placas de acabamento, contribuindo para a adequada vedação, segurança, organização e padronização das instalações. Sua disponibilidade também é necessária para o atendimento das manutenções preventivas programadas e das intervenções corretivas emergenciais.

A utilização desses materiais é fundamental para assegurar o funcionamento seguro e confiável das instalações elétricas, prevenir riscos relacionados a choques elétricos, mau contato e aquecimento, garantir a proteção dos usuários, equipamentos e sistemas, manter a organização, padronização e integridade dos ambientes e assegurar o atendimento às Boas Práticas de Fabricação (BPF) e às normas técnicas vigentes. A manutenção adequada das instalações elétricas prediais constitui requisito essencial para a preservação das condições operacionais, de segurança e de conformidade sanitária dos ambientes destinados às atividades de produção de imunobiológicos, biofármacos e reativos para diagnóstico.

Os materiais serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, abrangendo áreas produtivas e laboratoriais, áreas classificadas como Grau “B” e “C”, áreas administrativas e de apoio, salas técnicas e de utilidades, corredores técnicos, almoxarifados, oficinas de manutenção e demais edificações industriais e prediais. Em razão das características desses ambientes e da necessidade de manutenção da integridade e da confiabilidade das instalações elétricas, é imprescindível que os componentes adquiridos sejam plenamente compatíveis com os sistemas existentes e mantenham o padrão construtivo, dimensional, funcional e de acabamento já adotado nas instalações.

A contratação tem por objetivo garantir a disponibilidade contínua de módulos elétricos, interruptores, tomadas e placas de acabamento compatíveis, padronizados e homologados, de modo a assegurar o funcionamento adequado e seguro dos pontos elétricos, o atendimento tempestivo às manutenções preventivas e corretivas, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação (BPF) e com as normas técnicas aplicáveis, a mitigação de riscos elétricos e operacionais e a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e administrativas desenvolvidas por Bio-Manguinhos. A indisponibilidade desses materiais ou a utilização de componentes incompatíveis pode comprometer a segurança das instalações elétricas, gerar riscos de acidentes, dificultar a operação adequada de equipamentos e sistemas, ocasionar não conformidades em auditorias técnicas, prediais e sanitárias, reduzir a eficiência operacional e impactar a continuidade das atividades estratégicas da instituição.

Nesse contexto, a aquisição dos componentes da marca PIAL LEGRAND justifica-se por razões técnicas, operacionais e de padronização das instalações existentes, observados os dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133 /2021, especialmente o art. 41, no que se refere à indicação de marca quando tecnicamente justificada, e o art. 43, relativo à padronização de bens pela Administração Pública. As instalações elétricas prediais e industriais de Bio-Manguinhos utilizam componentes compatíveis com o padrão construtivo, dimensional e funcional da linha PIAL LEGRAND, cuja utilização já se encontra integrada às instalações existentes. Dessa forma, os componentes dessa marca atendem aos requisitos de compatibilidade necessários à manutenção e à reposição dos materiais atualmente instalados, preservando as características construtivas e funcionais dos sistemas elétricos existentes.

A especificidade dos componentes necessários decorre, portanto, não apenas de suas características individuais, mas principalmente da necessidade de compatibilidade integral com a infraestrutura já instalada. Os módulos, mecanismos, suportes, placas e demais componentes devem apresentar correspondência dimensional, encaixe, configuração, acabamento e características funcionais compatíveis com os conjuntos existentes, permitindo sua substituição sem a necessidade de alterações nas caixas, suportes, espelhos, mecanismos ou demais elementos da

instalação. Nesse sentido, a utilização de componentes de outras marcas, ainda que apresentem características elétricas semelhantes ou atendam isoladamente às normas técnicas aplicáveis, não assegura necessariamente a compatibilidade dimensional, mecânica, funcional e de acabamento exigida para a substituição direta dos componentes existentes.

A utilização de materiais de marcas distintas da PIAL LEGRAND poderá acarretar incompatibilidades dimensionais e de encaixe, necessidade de adaptações ou substituições adicionais, falhas de funcionamento, ocorrência de mau contato, redução da confiabilidade das instalações, aumento da necessidade de intervenções corretivas e comprometimento da padronização dos ambientes. Tais situações podem ainda elevar os riscos relacionados à segurança dos usuários, dos equipamentos e das próprias instalações, além de aumentar o tempo e a complexidade das intervenções de manutenção.

Diante dessas características, conclui-se que, para os materiais objeto desta aquisição, a marca PIAL LEGRAND é a única que atende integralmente aos requisitos de compatibilidade, padronização, intercambialidade, características dimensionais, funcionais e de acabamento necessários à manutenção das instalações elétricas existentes de Bio-Manguinhos. A indicação da marca, portanto, decorre de requisito técnico associado à infraestrutura atualmente instalada e não de mera preferência comercial, sendo necessária para assegurar a adequada reposição dos componentes, preservar a padronização existente, evitar adaptações e intervenções adicionais e garantir a segurança e a confiabilidade das instalações elétricas.

A aquisição dos materiais da marca PIAL LEGRAND mostra-se, assim, necessária para garantir a continuidade das atividades de manutenção, a segurança elétrica, a confiabilidade operacional e a preservação das características das instalações existentes, contribuindo para a manutenção das condições adequadas de operação dos ambientes produtivos, laboratoriais, administrativos e de apoio de Bio-Manguinhos/Fiocruz. A disponibilidade desses componentes também é essencial para que as equipes de manutenção possam atuar de forma tempestiva nas demandas preventivas e corretivas, reduzindo o risco de indisponibilidade de pontos elétricos e de impactos sobre as atividades institucionais.

Por fim, a estimativa das quantidades a serem adquiridas foi estabelecida considerando o histórico de consumo nas rotinas de manutenção elétrica predial, as substituições decorrentes de desgaste natural e uso contínuo, as necessidades relacionadas às manutenções preventivas e corretivas previstas, a constituição de estoque mínimo estratégico para atendimento de demandas emergenciais e as necessidades projetadas para o exercício de 2026. Dessa forma, as quantidades previstas buscam assegurar disponibilidade suficiente dos componentes para atendimento das demandas de manutenção, preservando a continuidade operacional e a segurança das instalações elétricas de Bio-Manguinhos.

Pedido de compra: 223070

Os materiais em epígrafe são indispensáveis para a manutenção, adequação e expansão dos sistemas de dutos técnicos e canaletas utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz para o encaminhamento, a proteção mecânica, a organização e a segregação de cabos elétricos, de automação, instrumentação, comando, sinal e dados. Esses componentes desempenham função essencial na infraestrutura das instalações, permitindo a organização adequada das redes de cabos, a proteção física contra impactos, poeira e demais agentes externos, a adequação dos trajetos às modificações de layout industrial, a substituição de componentes danificados, obsoletos ou fora de padrão e o atendimento às exigências normativas relacionadas à segurança elétrica e industrial.

A correta utilização desses materiais é fundamental para garantir a integridade dos cabos, conexões e demais elementos das instalações, reduzir riscos de falhas elétricas, interferências, danos mecânicos e curtos-circuitos, facilitar inspeções, manutenções e intervenções técnicas, assegurar a confiabilidade dos sistemas críticos de produção, automação e controle e manter as condições necessárias ao atendimento das Boas Práticas de Fabricação (BPF). A adequada organização, segregação e proteção das redes de cabos constitui requisito essencial para ambientes industriais e laboratoriais de elevada criticidade operacional, nos quais eventuais falhas de infraestrutura podem comprometer sistemas de controle, automação, instrumentação, utilidades e demais recursos necessários à continuidade das atividades.

Os materiais serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, abrangendo áreas produtivas e laboratoriais, sistemas de utilidades industriais, painéis elétricos e de automação, sistemas supervisórios, corredores técnicos, áreas de apoio e demais instalações prediais e industriais associadas às linhas de produção e aos processos de controle de qualidade. Em razão das características desses ambientes e da criticidade dos sistemas

neles instalados, os componentes empregados nos sistemas de encaminhamento de cabos devem apresentar compatibilidade integral com a infraestrutura existente, mantendo as características dimensionais, construtivas, funcionais e de montagem originalmente adotadas.

A contratação tem por objetivo garantir a disponibilidade contínua de componentes padronizados para os sistemas de dutos técnicos e canaletas, assegurando a adequada organização e proteção das redes de cabos, o atendimento tempestivo às manutenções preventivas e corretivas, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação (BPF), a mitigação de riscos elétricos, operacionais e de segurança e a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e administrativas desenvolvidas por Bio-Manguinhos. A indisponibilidade desses materiais poderá comprometer a integridade das instalações elétricas e de automação, aumentar o risco de falhas operacionais e paradas não programadas, dificultar intervenções técnicas e manutenções emergenciais, ocasionar não conformidades em auditorias técnicas e regulatórias e impactar a confiabilidade dos processos produtivos estratégicos da instituição.

Nesse contexto, a aquisição de componentes da marca DUTOTEC justifica-se por razões técnicas, operacionais e de padronização das instalações existentes, observados os dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 41, quanto à indicação de marca quando tecnicamente justificada, e o art. 43, quanto à padronização de bens e serviços pela Administração Pública. Os sistemas de dutos técnicos e canaletas instalados no parque industrial de Bio-Manguinhos foram concebidos, implantados e padronizados com componentes da marca DUTOTEC, de modo que a infraestrutura atualmente existente possui características construtivas, dimensionais e funcionais diretamente relacionadas a esse padrão.

A necessidade de manutenção dessa padronização decorre da própria natureza dos sistemas instalados. Os componentes de dutos técnicos e canaletas não constituem elementos isolados, mas integram conjuntos compostos por trechos, tampas, curvas, derivações, emendas, acessórios de fixação, elementos de conexão e demais componentes que devem apresentar perfeita compatibilidade entre si. Assim, a substituição ou ampliação dos sistemas exige que os novos componentes sejam compatíveis não apenas quanto à função de encaminhamento de cabos, mas também quanto às dimensões, encaixes, sistemas de união, acessórios, formas de fixação, raio de curvatura, acabamento e demais características necessárias à integração com a infraestrutura existente.

Nesse sentido, para a aplicação específica objeto desta aquisição, somente os componentes da marca DUTOTEC atendem integralmente aos requisitos de compatibilidade, padronização, integração e intercambialidade necessários à continuidade e à manutenção dos sistemas já instalados. A utilização de componentes de outras marcas, ainda que destinados genericamente à mesma finalidade, não garante a compatibilidade dimensional e funcional necessária para sua integração direta aos sistemas existentes, podendo exigir adaptações, substituições de acessórios ou modificações da infraestrutura instalada, além de comprometer a uniformidade e as características originalmente previstas para os sistemas de encaminhamento e proteção dos cabos.

A utilização de componentes de marcas diversas ou não homologadas poderá, portanto, ocasionar incompatibilidades dimensionais e funcionais, dificuldades de integração com os sistemas existentes, comprometimento da proteção mecânica dos cabos, inadequações nos sistemas de fixação e conexão, aumento do risco de falhas e não conformidades e elevação dos custos e do tempo necessários para manutenção e adequação das instalações. Em ambientes industriais e laboratoriais de elevada criticidade, tais incompatibilidades podem ainda dificultar intervenções emergenciais e comprometer a confiabilidade dos sistemas elétricos, de automação, instrumentação e dados.

A indicação da marca DUTOTEC decorre, portanto, de uma necessidade técnica vinculada à infraestrutura existente e à preservação da padronização dos sistemas de dutos técnicos e canaletas do Parque Fabril de Bio-Manguinhos, não se caracterizando como mera preferência comercial. A adoção de componentes da mesma marca permite manter a uniformidade da infraestrutura, assegurar a compatibilidade entre os elementos existentes e os novos componentes, evitar adaptações e intervenções adicionais, facilitar as atividades de manutenção e preservar as condições de segurança, organização e confiabilidade das instalações. Dessa forma, considerando as características específicas dos sistemas existentes e os requisitos de integração necessários, a marca DUTOTEC é a única que atende integralmente às necessidades técnicas da presente aquisição.

A padronização e aquisição dos componentes da marca DUTOTEC mostram-se, assim, técnica e operacionalmente necessárias para garantir a continuidade das atividades de manutenção, adequação e expansão dos sistemas de encaminhamento de cabos, preservando a integridade das instalações elétricas, de automação, instrumentação e dados e contribuindo para a segurança operacional e a confiabilidade dos processos desenvolvidos por Bio-Manguinhos. A disponibilidade desses materiais também é essencial para permitir que as equipes responsáveis pela

manutenção realizem intervenções preventivas, corretivas e emergenciais de forma tempestiva, reduzindo riscos de indisponibilidade e de impactos sobre as atividades produtivas e laboratoriais.

Por fim, a estimativa das quantidades a serem adquiridas considera o histórico de consumo nas rotinas de manutenção elétrica e de automação, as intervenções corretivas e adequações de layout previstas, as necessidades decorrentes da expansão e modernização dos sistemas supervisórios, a manutenção de estoque mínimo estratégico para atendimento de demandas emergenciais e as demandas previstas para o exercício de 2026. As quantidades estimadas visam, dessa forma, assegurar disponibilidade adequada dos componentes necessários à manutenção e à continuidade operacional dos sistemas existentes, evitando desabastecimento e permitindo o atendimento eficiente das demandas de manutenção, adequação e expansão da infraestrutura do Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz.

Pedido de compra: 223344

As lâmpadas fluorescentes T8, 15W, G13, Negra, 450 mm, 15WBL, GERMFREE, objeto deste Pedido de Compra, são componentes essenciais para o funcionamento seguro, preciso e confiável de laboratórios, setores de controle de qualidade e demais áreas técnicas de Bio-Manguinhos/Fiocruz que utilizam sistemas de iluminação UV-A/Luz Negra em aplicações especializadas. Trata-se de componentes destinados à emissão de radiação ultravioleta na faixa necessária às atividades técnicas e analíticas realizadas nesses ambientes, cuja utilização está diretamente relacionada à confiabilidade dos ensaios, inspeções, análises e procedimentos de controle executados pela instituição.

Essas lâmpadas são empregadas em aplicações técnicas especializadas, incluindo Ensaios Não Destrutivos (END), nos quais são utilizadas em procedimentos com líquidos penetrantes e partículas magnéticas para identificação de trincas, descontinuidades e porosidades em componentes e peças, mediante a fluorescência de substâncias submetidas à radiação ultravioleta. Também são utilizadas em atividades de controle de qualidade industrial, incluindo inspeção de placas de circuito, verificação da uniformidade de camadas de proteção por meio de indicadores fluorescentes e identificação de vazamentos de óleos e outros fluidos que contenham aditivos fluorescentes. Em determinados procedimentos técnicos, a radiação UV-A também é empregada na verificação da presença de contaminantes ou resíduos, inclusive em processos relacionados à limpeza de oxigênio, nos quais a identificação de hidrocarbonetos em vasos de pressão e tubulações é relevante para a segurança das instalações e dos processos.

No âmbito das análises laboratoriais e químicas, as lâmpadas são utilizadas em procedimentos de cromatografia em camada delgada (TLC), possibilitando a visualização de substâncias e manchas que não são perceptíveis sob iluminação convencional, bem como em análises de fluorescência de minerais e outras substâncias para identificação de impurezas, caracterização de matérias-primas e demais procedimentos analíticos. Também podem ser empregadas em aplicações específicas de cura de resinas, colas e selantes fotossensíveis que respondam à radiação UV-A. Em atividades relacionadas à biossegurança e higiene, sua utilização pode auxiliar na identificação de determinados resíduos e contaminantes fluorescentes presentes em superfícies e em sistemas de monitoramento de insetos por meio de armadilhas luminosas utilizadas em ambientes que demandam controle de pragas.

A utilização dessas lâmpadas é fundamental para assegurar a confiabilidade dos processos laboratoriais e das atividades de controle de qualidade, manter a integridade e a rastreabilidade dos resultados obtidos, prevenir falhas operacionais e interrupções de atividades críticas, garantir condições adequadas de segurança aos operadores e aos processos e atender às Boas Práticas de Fabricação (BPF) e aos requisitos técnicos e regulatórios aplicáveis. Considerando que os procedimentos mencionados dependem de condições específicas de iluminação e de emissão ultravioleta, a indisponibilidade ou o funcionamento inadequado das lâmpadas pode comprometer diretamente a execução de ensaios, inspeções, análises e atividades de controle de qualidade.

Os materiais serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, incluindo laboratórios de controle de qualidade, áreas produtivas e técnicas, setores que utilizam iluminação UV-A/Luz Negra em análises e ensaios não destrutivos e instalações industriais associadas aos processos produtivos e analíticos. Em razão da criticidade dessas aplicações, os componentes empregados nos sistemas de iluminação devem apresentar características compatíveis com os equipamentos e instalações existentes, garantindo a adequada emissão luminosa e ultravioleta necessária aos procedimentos realizados.

A contratação tem por objetivo garantir a disponibilidade contínua de lâmpadas originais ou devidamente homologadas e compatíveis com os sistemas existentes, assegurando o pleno funcionamento dos laboratórios e das áreas críticas, o atendimento às manutenções preventivas e corretivas, a preservação das condições operacionais e

do estado validado das áreas laboratoriais e produtivas, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação (BPF), a mitigação de riscos operacionais, técnicos e sanitários e a continuidade das atividades produtivas e laboratoriais estratégicas de Bio-Manguinhos. A indisponibilidade desses componentes poderá comprometer a operação de laboratórios críticos, afetar a execução e a confiabilidade de análises e ensaios não destrutivos, ocasionar atrasos em atividades de produção e controle de qualidade e contribuir para a ocorrência de não conformidades em auditorias técnicas, sanitárias e regulatórias.

Nesse contexto, a aquisição de lâmpadas da marca GERMFREE, em sua configuração original ou conforme modelos devidamente homologados, justifica-se por razões técnicas, operacionais e de padronização, observados os dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 41, quanto à indicação de marca quando tecnicamente justificada, e o art. 43, quanto à padronização de bens pela Administração Pública. Os sistemas de iluminação UV-A/Luz Negra existentes em Bio-Manguinhos foram especificados para operar com lâmpadas que atendam às características técnicas requeridas pelos equipamentos e pelos procedimentos realizados, sendo necessária a utilização de componentes compatíveis e devidamente homologados para preservar as condições de funcionamento dos sistemas.

A necessidade de utilização de lâmpadas GERMFREE originais ou homologadas decorre das características específicas dos equipamentos e das aplicações em que esses componentes são empregados. A simples equivalência de potência, comprimento, tipo de soquete ou formato físico não é suficiente para assegurar o atendimento aos requisitos necessários, uma vez que características como espectro de emissão, intensidade de radiação UV-A, distribuição luminosa, estabilidade de funcionamento, características elétricas e desempenho ao longo da vida útil podem influenciar diretamente a execução e a confiabilidade dos ensaios e análises realizados. Dessa forma, a substituição por componentes que não tenham sido previamente avaliados e homologados para utilização nos sistemas existentes poderá comprometer o desempenho esperado e as condições sob as quais os procedimentos técnicos foram estabelecidos.

A utilização de lâmpadas não originais ou não homologadas poderá acarretar incompatibilidade técnica ou funcional, redução da eficiência e da confiabilidade dos ensaios e análises laboratoriais, alteração das condições de iluminação necessárias à identificação de materiais fluorescentes, comprometimento da precisão dos resultados, necessidade de avaliação ou eventual revalidação de processos críticos e aumento dos riscos operacionais e regulatórios. Em ambientes submetidos a requisitos de controle e rastreabilidade, alterações não avaliadas nos componentes utilizados em procedimentos críticos podem exigir verificações adicionais para assegurar que os resultados permaneçam confiáveis e que as condições estabelecidas para os processos sejam preservadas.

Dessa forma, para a aplicação específica objeto desta aquisição, a utilização de lâmpadas GERMFREE originais ou devidamente homologadas é necessária para garantir a compatibilidade com os sistemas existentes, preservar suas características de funcionamento e assegurar as condições técnicas requeridas para as atividades laboratoriais, analíticas e de controle de qualidade. A indicação da marca não decorre de mera preferência comercial, mas da necessidade de manutenção das características técnicas e operacionais dos sistemas existentes e da utilização de componentes cuja compatibilidade e desempenho sejam conhecidos e adequados às aplicações institucionais. Considerando as especificações dos equipamentos e os requisitos das atividades realizadas, somente as lâmpadas GERMFREE originais ou aquelas formalmente homologadas para os sistemas existentes atendem integralmente aos requisitos técnicos necessários à presente aquisição.

A padronização e aquisição desses componentes mostram-se, portanto, técnica e operacionalmente necessárias para assegurar a confiabilidade das atividades laboratoriais e de controle de qualidade, a segurança dos procedimentos, a manutenção das condições operacionais dos sistemas de iluminação UV-A/Luz Negra e a continuidade das atividades estratégicas de Bio-Manguinhos. A disponibilidade dos materiais também permite que as equipes responsáveis pela manutenção realizem substituições de forma tempestiva, evitando interrupções prolongadas e reduzindo os riscos associados à indisponibilidade dos sistemas empregados em atividades críticas.

Por fim, a estimativa das quantidades a serem adquiridas considera o histórico de falhas e substituições, as recomendações aplicáveis do fabricante, a criticidade dos equipamentos e sistemas que utilizam as lâmpadas, a necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para atendimento de demandas emergenciais e as necessidades previstas para o exercício de 2026. As quantidades estimadas buscam assegurar disponibilidade suficiente dos componentes para atendimento das demandas de manutenção preventiva e corretiva, preservando a continuidade das atividades laboratoriais, produtivas e de controle de qualidade desenvolvidas no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz.

Pedido de compra: 221386, 223372, 223374, 223375 e 223376

A aquisição das lâmpadas especificadas neste Pedido de Compra é necessária para garantir a continuidade das atividades de manutenção, adequação e funcionamento das instalações laboratoriais, produtivas, técnicas e administrativas de Bio-Manguinhos/Fiocruz. Os itens contemplam diferentes modelos e características de lâmpadas LED, tubulares, ultravioleta e halógena, destinadas à reposição de fontes luminosas existentes e ao atendimento das necessidades específicas dos ambientes e equipamentos utilizados nas atividades institucionais.

Os materiais compreendem lâmpadas LED do tipo bulbo, incluindo modelos bivolt de 9 W e 6 W, com temperatura de cor de 3.000 K, lâmpadas LED com capacidade de 150 W e temperatura de cor entre 5.000 K e 6.000 K, lâmpadas LED tubulares T8, 18 W, bivolt, base G13 e comprimento de 1.200 mm, lâmpadas LED de 15 W, alimentação de 100 a 230 VAC, luz branca com temperatura de cor de 6.500 K e fluxo luminoso de aproximadamente 1.550 lm, lâmpadas LED do tipo Globe, 30 W, base E27, 6.500 K e bivolt, lâmpadas LED tubulares T8 HO, base G13, 65 W, 6.500 K e bivolt, além de lâmpadas halógenas bipino GY6.35, 50 W, 24 V e 3.000 K e lâmpadas tubulares de ultravioleta de 15 W e 20 W, modelo T8.

A diversidade dos itens decorre da existência de diferentes sistemas, equipamentos, luminárias e ambientes que demandam fontes luminosas com características específicas de potência, tensão de alimentação, temperatura de cor, fluxo luminoso, dimensões, tipo de base, formato e tecnologia de emissão. Dessa forma, cada modelo atende a uma necessidade particular de iluminação e substituição, sendo necessária a manutenção das características técnicas compatíveis com os equipamentos e instalações em que os materiais serão empregados.

As lâmpadas LED serão utilizadas principalmente na reposição e manutenção de pontos de iluminação convencionais, áreas técnicas, administrativas, laboratoriais, produtivas e de apoio, proporcionando condições adequadas de visibilidade para a execução das atividades. Os diferentes níveis de potência, temperatura de cor, fluxo luminoso, formato e tipo de conexão permitem atender às características específicas de cada ambiente e luminária, assegurando iluminação adequada e contribuindo para a segurança dos usuários e para a execução eficiente das atividades realizadas nos locais de utilização.

As lâmpadas tubulares T8 e T8 HO destinam-se à substituição de fontes luminosas instaladas em luminárias compatíveis, sendo importantes para a manutenção dos sistemas de iluminação existentes. A utilização de componentes com dimensões, base, potência, tensão e características luminosas compatíveis é necessária para possibilitar a substituição adequada, evitando adaptações indevidas nas luminárias e preservando as condições de funcionamento das instalações.

As lâmpadas ultravioleta tubulares de 15 W e 20 W, por sua vez, são destinadas a aplicações técnicas específicas que demandam emissão de radiação ultravioleta, podendo ser empregadas em equipamentos e procedimentos laboratoriais, de inspeção, controle ou outras atividades que dependam dessa característica de emissão. Por se tratarem de fontes luminosas de aplicação especializada, sua substituição deve observar as características técnicas requeridas pelos equipamentos e procedimentos nos quais são utilizadas, de modo a preservar as condições necessárias para a adequada execução das atividades.

A lâmpada halógena bipino GY6.35, 50 W, 24 V e 3.000 K também possui aplicação específica, devendo ser utilizada em equipamentos ou sistemas compatíveis com esse padrão de alimentação, potência, base e característica luminosa. Sua disponibilidade é necessária para permitir a reposição de fontes luminosas existentes e evitar a indisponibilidade dos equipamentos que dependem desse tipo específico de lâmpada.

Os materiais serão utilizados nas instalações de Bio-Manguinhos/Fiocruz, abrangendo laboratórios, áreas produtivas e técnicas, equipamentos de apoio, áreas administrativas, sistemas de iluminação, ambientes de controle de qualidade, instalações prediais e demais locais que utilizem os modelos especificados. A disponibilidade desses itens é fundamental para possibilitar a realização das manutenções preventivas e corretivas, a substituição tempestiva de lâmpadas queimadas ou degradadas e a preservação das condições adequadas de iluminação dos ambientes e equipamentos.

A contratação tem como objetivo assegurar a disponibilidade contínua de fontes luminosas adequadas às diferentes aplicações existentes, permitindo o atendimento das demandas de manutenção e reposição, evitando interrupções decorrentes da falta de componentes e garantindo condições apropriadas de iluminação nos ambientes institucionais.

A manutenção adequada dos sistemas de iluminação contribui diretamente para a segurança dos usuários, para a execução das atividades laboratoriais, produtivas, administrativas e técnicas e para a preservação das condições operacionais dos equipamentos e instalações.

A indisponibilidade dos materiais poderá ocasionar a interrupção ou limitação de determinados pontos de iluminação, dificultar a execução de atividades laboratoriais e técnicas, prejudicar a visibilidade necessária à realização de procedimentos, aumentar o tempo de atendimento das demandas de manutenção e, nos casos de lâmpadas destinadas a aplicações específicas, impedir a utilização dos equipamentos correspondentes. A ausência de lâmpadas ultravioleta, halógenas ou de determinados modelos de lâmpadas tubulares e LED poderá ser particularmente relevante quando não houver outro componente tecnicamente compatível disponível para substituição imediata.

Considerando a diversidade dos sistemas existentes, a substituição das lâmpadas deverá observar as especificações técnicas de cada aplicação, especialmente quanto à tensão de alimentação, potência, temperatura de cor, fluxo luminoso, dimensões, tipo de base, formato, tecnologia de iluminação e, quando aplicável, características específicas de emissão ultravioleta. A utilização de componentes incompatíveis poderá resultar em funcionamento inadequado, redução do desempenho luminoso, incompatibilidade física ou elétrica, necessidade de adaptações nas instalações, redução da vida útil dos componentes e aumento da necessidade de intervenções corretivas.

Para os itens destinados a equipamentos e aplicações específicas, a aquisição deverá observar a compatibilidade com os sistemas existentes e as características técnicas requeridas para cada utilização. A adoção de especificações distintas das atualmente instaladas somente deverá ocorrer quando tecnicamente compatível e sem comprometimento do funcionamento, da segurança ou das condições necessárias à execução das atividades. Dessa forma, a aquisição dos materiais especificados busca preservar a padronização técnica dos sistemas existentes e assegurar que cada fonte luminosa seja adequada à respectiva aplicação.

A aquisição desses materiais apresenta relevância operacional e estratégica para Bio-Manguinhos/Fiocruz, uma vez que a disponibilidade de fontes luminosas adequadas contribui para a continuidade das atividades laboratoriais, produtivas, de controle de qualidade, administrativas e de manutenção. Nos ambientes em que as lâmpadas são utilizadas como componentes de equipamentos ou procedimentos específicos, sua disponibilidade também é necessária para evitar interrupções e atrasos nas atividades programadas.

Por fim, as quantidades planejadas foram estabelecidas considerando o estoque vigente, o histórico de consumo e de substituições, a vida útil dos componentes, as necessidades identificadas pelas equipes responsáveis pela manutenção, a criticidade dos equipamentos e ambientes atendidos e as demandas previstas para o período de planejamento. A estimativa contempla ainda a necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico, de modo a possibilitar o atendimento tempestivo de ocorrências e substituições emergenciais e assegurar a continuidade das atividades desenvolvidas por Bio-Manguinhos/Fiocruz.

Pedido de compra: 220092

A aquisição de fita isolante é necessária para garantir a adequada proteção, integridade e conservação dos instrumentos e padrões utilizados nos processos de calibração da Unidade de Bio-Manguinhos/Fiocruz. Embora se trate de um material de uso comum, sua disponibilidade é importante para a proteção dos equipamentos e padrões durante as etapas de transporte interno, armazenamento e manuseio, contribuindo para a prevenção de danos físicos que possam comprometer a integridade, o funcionamento e as características dos instrumentos e, consequentemente, a precisão das medições e a confiabilidade dos resultados obtidos nos processos de calibração.

A ausência desse material pode dificultar o adequado acondicionamento e a proteção dos instrumentos e padrões durante sua movimentação entre os diferentes setores da unidade, aumentando a possibilidade de exposição a impactos, deslocamentos, atritos e outras condições que possam ocasionar danos ou comprometer a conservação dos equipamentos. Dessa forma, a fita isolante constitui material auxiliar importante para as atividades de preparação e proteção dos instrumentos durante o transporte interno e demais etapas de manuseio relacionadas aos processos de calibração.

O material será utilizado nas dependências da SECAL e em outras seções da Unidade de Bio-Manguinhos que participem das atividades de movimentação, armazenamento, preparação e encaminhamento de instrumentos e padrões destinados à calibração. Sua utilização tem como objetivo primordial contribuir para a manutenção da qualidade e da integridade dos instrumentos e padrões empregados nesses processos, proporcionando condições

adequadas de proteção durante seu deslocamento e manuseio e reduzindo a possibilidade de ocorrência de danos que possam afetar seu desempenho ou exigir intervenções adicionais antes de sua utilização.

A necessidade da aquisição está diretamente relacionada à importância da confiabilidade dos instrumentos e padrões empregados nos processos de calibração. A preservação da integridade física e funcional desses materiais é fundamental para que permaneçam em condições adequadas de utilização e para que as medições realizadas apresentem resultados precisos e confiáveis. Nesse contexto, a utilização da fita isolante como material auxiliar de proteção contribui para a manutenção das condições necessárias às atividades de calibração e para o atendimento às boas práticas de laboratório aplicáveis às atividades desenvolvidas pela unidade.

A relevância científica da aquisição está associada à necessidade de preservar as condições dos instrumentos e padrões utilizados nas atividades de calibração, uma vez que a qualidade e a confiabilidade das medições dependem, entre outros fatores, da adequada conservação dos equipamentos e materiais empregados. A proteção durante o transporte e o manuseio contribui para reduzir a possibilidade de danos que possam interferir no desempenho dos instrumentos, evitando que alterações decorrentes de movimentações inadequadas possam repercutir sobre os resultados das medições. Essa medida também contribui para a confiabilidade dos dados utilizados nas atividades laboratoriais, de pesquisa, desenvolvimento e controle de qualidade realizadas pela instituição.

Sob o aspecto estratégico, a utilização da fita isolante contribui para a organização e a eficiência dos processos de trabalho, permitindo que os instrumentos e padrões sejam movimentados de maneira mais segura entre os setores e reduzindo a possibilidade de interrupções decorrentes de danos ou necessidade de reparos. A prevenção de danos também pode contribuir para a redução de custos relacionados à manutenção, recuperação ou eventual substituição de instrumentos e padrões, especialmente considerando que determinados equipamentos utilizados nos processos de calibração possuem elevado valor e importância operacional.

A aquisição do material contribui, portanto, para a manutenção de um ambiente de trabalho organizado, seguro e eficiente, apoiando diretamente as atividades de calibração e preservando os recursos materiais empregados pela Unidade de Bio-Manguinhos. Embora a fita isolante seja um item simples e de baixo grau de complexidade, sua utilização como material auxiliar de proteção representa uma medida preventiva que contribui para a qualidade dos processos, a conservação dos instrumentos, a eficiência operacional e a confiabilidade das atividades desenvolvidas.

Não se aplica, para este item, requisito específico de pré-qualificação ou padronização, uma vez que a fita isolante solicitada não apresenta características que demandem processo específico de pré-qualificação. A aquisição deverá observar, contudo, características compatíveis com a finalidade de proteção e acondicionamento dos instrumentos e padrões durante as atividades de transporte, armazenamento e manuseio.

Quanto às quantidades, a solicitação inicial de 20 unidades foi estabelecida considerando a frequência de utilização do material nas atividades de embalagem e proteção dos instrumentos destinados aos processos de calibração. Entretanto, a estimativa deve considerar também a diversidade de tamanhos e formatos dos instrumentos movimentados, uma vez que o consumo de fita pode variar de acordo com as dimensões, características e necessidades de proteção de cada equipamento. Da mesma forma, a quantidade de voltas ou camadas necessárias para proporcionar acondicionamento adequado pode variar conforme o porte e as características dos instrumentos, influenciando diretamente o consumo do material.

Embora o histórico de solicitações anteriores apresente volume relativamente reduzido, foi observado aumento significativo na quantidade de equipamentos movimentados internamente para realização de calibrações nos últimos meses, decorrente do crescimento das atividades da unidade e do aumento das demandas por serviços de calibração. Esse cenário justifica a necessidade de previsão de quantidade suficiente para atender às demandas atuais e futuras, considerando o consumo variável decorrente da diversidade dos instrumentos e a necessidade de manutenção de disponibilidade adequada do material para evitar interrupções ou dificuldades nas atividades de transporte e acondicionamento.

Dessa forma, a aquisição da fita isolante mostra-se necessária como medida de apoio às atividades de calibração, contribuindo para a proteção dos instrumentos e padrões, a preservação de sua integridade, a redução de riscos de danos durante a movimentação interna e a continuidade das atividades desenvolvidas pela SECAL e demais setores envolvidos, estando a estimativa de quantidades fundamentada nas demandas atuais, no aumento do volume de equipamentos movimentados e nas características variáveis dos materiais que necessitam de proteção.

Pedido de compra nº 222664

O item em epígrafe, CANALETA EM PVC DA MARCA HELLERMANN/TYTON, MODELO HD2PF, é componente essencial para a organização, proteção, acomodação e segregação de cabos elétricos, de automação, instrumentação, controle e comunicação nas instalações industriais, laboratoriais e técnicas do Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz. Sua utilização é necessária para garantir o adequado encaminhamento dos condutores, proteger a fiação contra danos mecânicos e agentes externos, preservar a organização das instalações e possibilitar condições adequadas para inspeções, manutenções, intervenções e futuras ampliações dos sistemas existentes.

A canaleta é empregada para acondicionar e organizar cabos elétricos, de controle, automação e comunicação, proporcionando proteção física contra impactos, umidade, poeira e demais agentes capazes de comprometer a integridade dos condutores. Sua utilização também permite a adequada segregação entre circuitos de potência, controle e dados, contribuindo para a segurança elétrica, a redução de interferências e a confiabilidade dos sistemas instalados. Além disso, a correta disposição dos cabos facilita a identificação dos circuitos, as atividades de inspeção e manutenção e eventuais intervenções de adequação ou expansão da infraestrutura.

A aquisição é necessária para atender às demandas de substituição de canaletas danificadas, degradadas ou incompatíveis com as atuais necessidades das instalações, bem como para execução de adequações de layout, melhorias de infraestrutura e intervenções de manutenção preventiva e corretiva. A disponibilidade do material também é necessária para que as equipes responsáveis pela manutenção possam realizar intervenções de forma tempestiva, evitando que cabos e condutores permaneçam expostos ou inadequadamente protegidos e reduzindo os riscos associados à deterioração da infraestrutura de encaminhamento.

O material será utilizado no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no Campus Manguinhos/RJ, abrangendo linhas de produção industrial, áreas técnicas e de automação, salas elétricas, painéis de controle, áreas classificadas e instalações de apoio à produção. Em razão da criticidade dos ambientes e da natureza das atividades realizadas, a infraestrutura destinada ao encaminhamento e proteção dos cabos deve atender a requisitos de segurança, confiabilidade, facilidade de manutenção, resistência e adequação às condições de limpeza e operação existentes nas áreas atendidas.

A não aquisição da canaleta especificada, ou sua substituição por materiais que não apresentem as características técnicas necessárias, poderá resultar na exposição e deterioração da fiação elétrica e de automação, aumento do risco de falhas elétricas, curtos-circuitos e paradas não programadas, dificuldades para realização de inspeções e manutenções, comprometimento da organização dos sistemas e ocorrência de não conformidades relacionadas às exigências técnicas, sanitárias e às Boas Práticas de Fabricação. Em áreas produtivas, laboratoriais e classificadas, a utilização de materiais inadequados pode ainda aumentar os riscos operacionais e sanitários, especialmente quando as características construtivas do material não forem compatíveis com as rotinas de limpeza, desinfecção, manutenção e controle aplicáveis aos ambientes.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade de canaletas em PVC originais da marca HELLERMANN /TYTON, modelo HD2PF, assegurando a adequada organização e proteção das instalações elétricas e de automação, o atendimento às manutenções preventivas e corretivas, a preservação das condições de segurança e higiene das áreas atendidas, a conformidade com as normas técnicas e sanitárias aplicáveis e com as Boas Práticas de Fabricação e a redução dos riscos operacionais e elétricos que possam comprometer a continuidade das atividades produtivas e laboratoriais.

A infraestrutura elétrica e de automação constitui elemento crítico para o funcionamento contínuo e confiável das linhas de produção, dos sistemas de controle e dos equipamentos utilizados nas atividades de Bio-Manguinhos. Falhas ou inadequações nessa infraestrutura podem provocar interrupções operacionais, dificultar a execução de atividades de manutenção, comprometer sistemas de controle e automação e contribuir para a ocorrência de não conformidades em inspeções e auditorias. Nesse contexto, a canaleta HELLERMANN/TYTON configura-se como componente relevante para a manutenção da segurança, organização, integridade e confiabilidade das instalações.

A escolha da marca HELLERMANN/TYTON e do modelo HD2PF é tecnicamente justificada em razão das características específicas da infraestrutura existente e dos requisitos técnicos, sanitários e operacionais relacionados à aplicação do material nas instalações de Bio-Manguinhos, observados os dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133 /2021, especialmente o art. 41, quanto à indicação de marca quando tecnicamente motivada, e o art. 43, quanto à padronização de bens pela Administração Pública. A CANALETA HELLERMANN/TYTON MODELO HD2PF é o

componente adotado para a aplicação em questão, apresentando características construtivas e de material consideradas necessárias para assegurar a adequada proteção dos condutores e o atendimento às condições de segurança, resistência, higiene e manutenção requeridas nos ambientes atendidos.

A necessidade de utilização desse modelo específico decorre não apenas da função genérica de acomodação dos cabos, mas da necessidade de integração do componente à infraestrutura existente e de atendimento às condições particulares dos ambientes em que será instalado. As características dimensionais, construtivas, de acabamento, fixação, fechamento e composição do material devem permitir a adequada acomodação dos condutores, a proteção contra agentes externos e a realização das atividades de manutenção sem comprometer a integridade dos demais elementos da instalação.

Em ambientes submetidos a requisitos de controle, limpeza e manutenção específicos, a escolha do material utilizado para proteção e encaminhamento dos cabos também deve considerar sua resistência às condições de operação e aos procedimentos de limpeza e desinfecção aplicáveis. A utilização de canaletas com características construtivas distintas poderá favorecer o acúmulo de partículas, apresentar degradação quando exposta aos agentes empregados nos procedimentos de limpeza, dificultar a adequada proteção dos condutores ou comprometer a manutenção da infraestrutura. Tais condições podem resultar em aumento da necessidade de intervenções, geração de particulados e exposição indevida de cabos, especialmente em áreas de maior criticidade.

Outro aspecto relevante está relacionado à manutenibilidade da infraestrutura existente. A utilização de componentes que não sejam compatíveis com o padrão atualmente empregado pode exigir adaptações, substituições de acessórios ou intervenções mais extensas para a instalação e manutenção dos sistemas. Isso aumenta o tempo de execução dos serviços, amplia a possibilidade de interferências nas instalações existentes e pode elevar os riscos associados à exposição temporária dos condutores e à geração de resíduos ou particulados durante as intervenções.

Dessa forma, para a aplicação específica objeto desta aquisição, a canaleta HELLERMANN/TYTON, modelo HD2PF, é a única considerada adequada aos requisitos técnicos, construtivos, sanitários e operacionais necessários à manutenção e adequação da infraestrutura existente. A utilização de materiais similares ou equivalentes, sem comprovação de atendimento integral às mesmas características e de compatibilidade com o sistema instalado, não assegura as condições necessárias para a adequada integração, proteção, manutenção e conservação dos cabos e condutores. A indicação da marca e do modelo decorre, portanto, de requisitos técnicos associados à aplicação e à infraestrutura existente, e não de mera preferência comercial.

A utilização da CANALETA HELLERMANN/TYTON HD2PF mostra-se, assim, necessária para assegurar a integridade dos sistemas elétricos, de automação e instrumentação, a adequada proteção e organização dos condutores, a continuidade das operações industriais e laboratoriais, a facilidade de manutenção e a preservação das condições exigidas para os ambientes regulados de Bio-Manguinhos. A padronização também contribui para reduzir a necessidade de adaptações, facilitar futuras intervenções e manter uniformidade na infraestrutura instalada.

Por fim, a estimativa das quantidades a serem adquiridas considera o histórico de consumo e substituições realizadas, as necessidades decorrentes de adequações e melhorias de infraestrutura previstas, a criticidade das áreas atendidas, a necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para atendimento de demandas de manutenção e emergência e as demandas previstas para o exercício de 2026. As quantidades estimadas buscam assegurar disponibilidade suficiente do material para atendimento das intervenções preventivas, corretivas e de adequação, contribuindo para a continuidade segura e confiável das atividades desenvolvidas no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz.

Pedido de compra nº 223068

A tomada de sobrepor 2P+T, 16 A, modelo GHG5114306R3001, da marca CEAG, é componente indispensável para as rotinas operacionais do almoxarifado técnico e para as atividades de manutenção elétrica e eletromecânica realizadas no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz. Sua utilização está relacionada à alimentação elétrica segura de equipamentos e dispositivos auxiliares empregados nas atividades de manutenção predial e industrial, contribuindo para a segurança dos operadores, a confiabilidade das instalações e a continuidade das atividades desenvolvidas pela instituição.

O componente é utilizado para a conexão elétrica segura de balanças industriais e de outros equipamentos auxiliares, bem como para a substituição de tomadas desgastadas, danificadas ou que necessitem ser renovadas em decorrência das atividades de manutenção preventiva e corretiva. Por se tratar de tomada de sobrepor destinada a

aplicações industriais, sua utilização também está relacionada à necessidade de atendimento às características técnicas e de segurança exigidas para as instalações elétricas do ambiente industrial, inclusive em áreas técnicas e locais que eventualmente estejam submetidos a requisitos especiais de segurança.

A correta disponibilidade e utilização desse componente são fundamentais para garantir a segurança dos operadores e das instalações, prevenir ocorrências relacionadas a mau contato, falhas elétricas e curto-circuito, assegurar a adequada alimentação dos equipamentos e contribuir para a continuidade das operações industriais, laboratoriais e de apoio técnico. A manutenção das instalações elétricas em condições adequadas também constitui elemento importante para o atendimento às normas técnicas aplicáveis, às Boas Práticas de Fabricação (BPF) e aos requisitos de segurança elétrica adotados pela instituição.

Os materiais serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, abrangendo o almoxarifado técnico de manutenção, áreas produtivas e laboratoriais, sistemas de utilidades industriais, áreas técnicas e de apoio e demais instalações elétricas associadas a equipamentos industriais, incluindo balanças e dispositivos auxiliares. A disponibilidade das tomadas é necessária para possibilitar a substituição tempestiva de componentes e o atendimento às demandas de manutenção preventiva, corretiva e de adequação das instalações.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua de tomadas industriais compatíveis com os sistemas existentes, assegurando o funcionamento seguro e confiável dos equipamentos elétricos, o atendimento às manutenções programadas e emergenciais, a preservação das condições de segurança das instalações, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação e a mitigação de riscos elétricos, operacionais e patrimoniais. A ausência do componente especificado poderá comprometer a operação de equipamentos que dependam desse tipo de conexão elétrica, dificultar intervenções de manutenção e ocasionar atrasos ou paradas não programadas.

A indisponibilidade da tomada também poderá aumentar os riscos à segurança de servidores, colaboradores e instalações, especialmente quando houver necessidade de substituição de componentes danificados ou deteriorados. A utilização de componentes inadequados ou incompatíveis poderá ainda resultar em falhas elétricas, mau contato, aquecimento excessivo ou outras condições que comprometam a segurança e a confiabilidade dos equipamentos conectados. Em ambientes industriais e laboratoriais, tais ocorrências podem repercutir sobre a continuidade das atividades e contribuir para a ocorrência de não conformidades identificadas em inspeções técnicas e regulatórias.

A infraestrutura elétrica constitui elemento essencial para o funcionamento dos equipamentos utilizados nas atividades industriais, laboratoriais e de apoio de Bio-Manguinhos. Nesse contexto, a disponibilidade de componentes compatíveis com os sistemas existentes contribui para a manutenção da confiabilidade operacional e para a redução de intervenções improvisadas ou adaptações que possam comprometer as condições originais de segurança das instalações. Eventuais indisponibilidades desses componentes podem ainda afetar, de forma indireta, a continuidade das atividades relacionadas à produção e ao controle de qualidade de imunobiológicos, biofármacos e reativos para diagnóstico.

A escolha da marca CEAG e do modelo GHG5114306R3001 encontra respaldo em razões técnicas, operacionais e de padronização das instalações existentes, observados os dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 41, quanto à indicação de marca quando tecnicamente justificada, e o art. 43, quanto à padronização de bens pela Administração Pública. Os sistemas elétricos e os equipamentos instalados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos utilizam componentes da referida marca, que integram a infraestrutura existente e atendem aos requisitos técnicos e operacionais estabelecidos para as aplicações correspondentes.

A necessidade de aquisição do modelo especificado decorre da necessidade de manter a compatibilidade com os sistemas existentes, considerando características como configuração elétrica, capacidade de corrente, tipo de instalação, dimensões, forma de conexão, características construtivas e condições de utilização. A tomada de sobrepor 2P+T, 16 A, modelo GHG5114306R3001, deve apresentar compatibilidade com os equipamentos e pontos elétricos aos quais se destina, permitindo sua substituição sem alterações indevidas na infraestrutura ou comprometimento das condições de segurança originalmente estabelecidas.

A utilização de componentes de marcas não homologadas ou que não apresentem as mesmas características técnicas poderá acarretar incompatibilidades dimensionais e funcionais, dificuldades de instalação, necessidade de adaptações ou modificações na infraestrutura existente, perda da padronização dos sistemas e aumento dos riscos elétricos e operacionais. Dependendo da aplicação, a substituição por componentes que não tenham sido

previamente avaliados poderá também demandar novas verificações técnicas, atualizações documentais ou avaliações adicionais para assegurar a manutenção das condições de segurança e conformidade aplicáveis às instalações.

Em razão dessas características, a utilização da tomada CEAG, modelo GHG5114306R3001, mostra-se necessária para preservar a padronização e a compatibilidade dos sistemas existentes, facilitar as atividades de manutenção, reduzir a necessidade de adaptações e assegurar a adequada alimentação dos equipamentos aos quais o componente se destina. A indicação da marca e do modelo decorre, portanto, de requisitos relacionados à infraestrutura existente e às características técnicas necessárias à aplicação, e não de mera preferência comercial.

Dessa forma, para a aplicação específica objeto desta aquisição, a tomada CEAG modelo GHG5114306R3001 é o componente que atende aos requisitos de compatibilidade, padronização, segurança e desempenho necessários à manutenção dos sistemas existentes. A utilização de componentes distintos, sem comprovação de atendimento integral aos mesmos requisitos e de compatibilidade com a infraestrutura instalada, poderá comprometer a segurança e a confiabilidade das instalações, razão pela qual a aquisição do modelo especificado se mostra tecnicamente necessária para assegurar a continuidade das atividades de manutenção e operação do Parque Fabril de Bio-Manguinhos.

A padronização e disponibilidade desse componente contribuem para a manutenção da segurança das instalações elétricas, a confiabilidade dos equipamentos, a redução de riscos operacionais e a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e de apoio técnico. A aquisição também permite que as equipes responsáveis pela manutenção disponham do material necessário para substituições preventivas, corretivas e emergenciais, evitando prolongamento de indisponibilidades e reduzindo a possibilidade de intervenções improvisadas.

Por fim, a estimativa das quantidades a serem adquiridas considera o histórico de consumo registrado nas rotinas de manutenção, as substituições previstas em manutenções preventivas e corretivas, o quantitativo de equipamentos e pontos elétricos instalados, a necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico no almoxarifado técnico e as demandas previstas para o exercício de 2026. As quantidades estimadas buscam assegurar disponibilidade suficiente do componente para atendimento das necessidades de manutenção e reposição, contribuindo para a continuidade segura e confiável das atividades desenvolvidas por Bio-Manguinhos/Fiocruz.

Pedido de compra nº 223074, 223075 e 223202

Os quadros de distribuição elétrica objeto desta aquisição são indispensáveis para a manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas industriais de Bio-Manguinhos/Fiocruz, desempenhando função essencial na distribuição segura, organizada e confiável de energia elétrica aos equipamentos, sistemas de utilidades, áreas produtivas, laboratoriais e demais instalações que dependem do fornecimento elétrico para o desenvolvimento de suas atividades. Esses componentes constituem elementos fundamentais da infraestrutura elétrica, sendo responsáveis pela distribuição e proteção dos circuitos de força e comando, acomodação e organização de disjuntores e demais dispositivos de proteção e adequada segregação dos circuitos de acordo com as características e requisitos das instalações.

A aquisição dos quadros é necessária tanto para a substituição de unidades deterioradas, obsoletas ou que não apresentem mais condições adequadas de utilização quanto para atender às necessidades decorrentes de adequações, ampliações e modificações das instalações elétricas existentes. A utilização de quadros compatíveis com as características da infraestrutura instalada permite preservar a organização dos circuitos, facilitar as atividades de inspeção e manutenção e assegurar que os dispositivos de proteção sejam instalados em condições adequadas de segurança e funcionamento.

A aplicação desses materiais é fundamental para garantir a segurança elétrica de pessoas, equipamentos e instalações, prevenir situações relacionadas a sobrecargas, curtos-circuitos e falhas elétricas, assegurar a confiabilidade operacional dos sistemas industriais e reduzir o risco de paradas não programadas e incidentes decorrentes de inadequações na distribuição elétrica. A manutenção adequada dos quadros de distribuição também contribui para o atendimento às normas técnicas aplicáveis, às Boas Práticas de Fabricação (BPF) e aos requisitos regulatórios pertinentes às atividades desenvolvidas pela instituição.

A infraestrutura elétrica constitui uma utilidade crítica para as atividades de Bio-Manguinhos, especialmente em razão da dependência dos processos produtivos, laboratoriais, sistemas de controle, equipamentos e utilidades industriais em relação ao fornecimento seguro e contínuo de energia elétrica. Dessa forma, a manutenção e a adequação dos

quadros de distribuição devem observar as normas técnicas vigentes, incluindo as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como os requisitos relacionados às Boas Práticas de Fabricação e às exigências regulatórias pertinentes às instalações destinadas às atividades de produção e controle de qualidade.

Os materiais serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, abrangendo áreas produtivas e laboratoriais, sistemas de utilidades industriais, áreas técnicas e de apoio, painéis e salas elétricas e instalações prediais e industriais associadas às linhas de produção e aos sistemas de controle de qualidade. Em razão da criticidade dessas áreas, os quadros utilizados devem apresentar características compatíveis com os sistemas existentes, permitindo a adequada distribuição, proteção e organização dos circuitos elétricos e garantindo condições apropriadas para manutenção e operação.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua de quadros de distribuição elétrica compatíveis e padronizados, assegurando o funcionamento seguro e confiável das instalações, o atendimento às demandas de manutenção preventiva e corretiva, a conformidade com as Boas Práticas de Fabricação, a mitigação de riscos elétricos, operacionais e patrimoniais e a continuidade das atividades produtivas, laboratoriais e de apoio técnico. A indisponibilidade dos componentes poderá dificultar a realização de intervenções necessárias, prolongar indisponibilidades de circuitos e equipamentos e aumentar o risco de falhas ou interrupções não programadas.

A ausência ou inadequação dos quadros de distribuição pode comprometer a segurança das instalações e dos colaboradores, ocasionar falhas elétricas e interrupções no fornecimento de energia, afetar o funcionamento de equipamentos críticos de produção e controle de qualidade e contribuir para a ocorrência de não conformidades identificadas em auditorias e inspeções técnicas ou regulatórias. Considerando a importância da infraestrutura elétrica para os processos institucionais, eventuais interrupções podem ainda repercutir sobre o cumprimento dos cronogramas de produção e das atividades relacionadas ao atendimento das demandas institucionais do Ministério da Saúde.

A escolha de quadros da marca CEMAR é fundamentada em razões técnicas, operacionais e de padronização da infraestrutura existente, observados os dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 41, quanto à indicação de marca quando tecnicamente justificada, e o art. 43, quanto à padronização de bens pela Administração Pública. Os sistemas elétricos instalados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos foram projetados, implantados e vêm sendo mantidos com quadros e componentes da referida marca, que integram a infraestrutura existente e atendem às características técnicas necessárias às aplicações correspondentes.

A necessidade de manutenção dessa padronização está relacionada à integração dos quadros com os demais elementos da infraestrutura elétrica, incluindo dispositivos de proteção, barramentos, disjuntores, sistemas de entrada e saída de cabos, elementos de fixação e demais componentes associados. Os quadros devem apresentar dimensões, configurações, capacidade, disposição interna e características construtivas compatíveis com os sistemas existentes, de modo a permitir sua instalação, substituição ou adequação sem a necessidade de modificações indevidas na infraestrutura ou comprometimento das condições de segurança originalmente estabelecidas.

A utilização de quadros de marcas não homologadas ou que apresentem características distintas das atualmente empregadas poderá acarretar incompatibilidades técnicas, dimensionais e funcionais, dificuldades de integração com os componentes existentes, necessidade de adequações na infraestrutura, alterações na disposição dos dispositivos de proteção e aumento da complexidade das intervenções de manutenção. Dependendo da aplicação, a adoção de componentes diferentes também poderá demandar avaliações técnicas adicionais, atualizações documentais ou requalificações, especialmente quando houver impacto sobre instalações vinculadas a áreas produtivas, laboratoriais ou sistemas críticos.

Outro aspecto relevante está relacionado à padronização e à manutenção das condições de segurança das instalações. A utilização de quadros compatíveis com o padrão existente facilita a identificação dos circuitos, a execução das atividades de manutenção e a reposição dos componentes, além de reduzir a possibilidade de intervenções improvisadas. A padronização também contribui para que as equipes técnicas mantenham familiaridade com a configuração dos sistemas, favorecendo a execução de intervenções preventivas, corretivas e emergenciais de maneira mais organizada e segura.

Dessa forma, para as aplicações objeto desta aquisição, os quadros da marca CEMAR atendem aos requisitos de compatibilidade, padronização, segurança e integração necessários à manutenção da infraestrutura elétrica existente

de Bio-Manguinhos. A utilização de componentes de outras marcas, sem comprovação de atendimento integral aos mesmos requisitos técnicos e de compatibilidade, poderá exigir adaptações e intervenções adicionais e não assegura, por si só, a manutenção das características originalmente estabelecidas para os sistemas instalados.

A indicação da marca CEMAR decorre, portanto, de requisitos técnicos associados à infraestrutura existente e à necessidade de preservar a compatibilidade, a padronização e as condições de segurança dos sistemas elétricos, não constituindo mera preferência comercial. A aquisição dos quadros especificados visa assegurar a continuidade das atividades de manutenção, reduzir riscos de falhas e interrupções, preservar a confiabilidade dos sistemas de distribuição elétrica e garantir condições adequadas de operação para as áreas produtivas, laboratoriais, técnicas e de apoio.

A disponibilidade dos quadros de distribuição é especialmente relevante para o atendimento das manutenções preventivas e corretivas, permitindo a substituição de componentes deteriorados ou inadequados e a realização de adequações necessárias nas instalações. Dessa forma, os materiais contribuem diretamente para a preservação da infraestrutura elétrica, para a segurança dos usuários e equipamentos e para a continuidade das atividades estratégicas desenvolvidas por Bio-Manguinhos/Fiocruz.

Por fim, a estimativa das quantidades a serem adquiridas considera o histórico de consumo e substituições nas rotinas de manutenção, as necessidades decorrentes das manutenções preventivas e corretivas previstas, o quantitativo e as características das instalações elétricas e painéis existentes, a necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para atendimento de demandas emergenciais e as necessidades previstas para o exercício de 2026. As quantidades estimadas buscam assegurar disponibilidade suficiente dos quadros para atendimento das intervenções de manutenção, substituição e adequação da infraestrutura elétrica, contribuindo para a segurança, confiabilidade e continuidade das atividades desenvolvidas no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz.

Pedido de compra nº 223221

Os itens em epígrafe, correspondentes a módulos de tomada 2P+T, nas capacidades de 10 A e 20 A, da marca FAME, são componentes essenciais das instalações elétricas utilizadas nas estufas e demais equipamentos das áreas de Controle de Qualidade de Bio-Manguinhos/Fiocruz, sendo empregados para assegurar a alimentação elétrica adequada, segura e contínua desses equipamentos. Esses módulos integram a infraestrutura elétrica dos ambientes laboratoriais e produtivos e desempenham papel relevante na manutenção das condições necessárias ao funcionamento dos equipamentos utilizados em atividades de controle de qualidade.

As estufas instaladas nas áreas de Controle de Qualidade são utilizadas em atividades que demandam controle rigoroso de temperatura, estabilidade operacional e confiabilidade dos sistemas de alimentação elétrica. O funcionamento contínuo e adequado desses equipamentos é necessário para a execução de ensaios, análises laboratoriais e demais procedimentos técnicos, de modo que eventuais falhas na alimentação elétrica podem comprometer as condições estabelecidas para os ensaios, ocasionar interrupções, afetar amostras e repercutir sobre a confiabilidade dos resultados obtidos.

Os módulos de tomada têm como finalidade proporcionar alimentação elétrica segura e padronizada às estufas e demais equipamentos compatíveis, contribuindo para a continuidade das atividades laboratoriais, a proteção dos equipamentos e dos operadores e o atendimento às normas técnicas de segurança elétrica aplicáveis. A correta instalação e manutenção desses componentes também contribuem para a preservação das condições requeridas pelas Boas Práticas de Fabricação (BPF) e pelos requisitos aplicáveis às atividades de Controle de Qualidade desenvolvidas pela instituição.

A indisponibilidade ou falha dos módulos de tomada pode comprometer diretamente o funcionamento dos equipamentos aos quais estão associados, podendo provocar interrupções de ensaios, perda ou comprometimento de amostras, necessidade de repetição de procedimentos e impactos sobre os cronogramas das atividades laboratoriais. Além disso, componentes desgastados, danificados ou inadequados podem aumentar o risco de mau contato, aquecimento excessivo, falhas elétricas e outras ocorrências que comprometam a segurança dos usuários, dos equipamentos e das instalações.

Os materiais serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no Campus Manguinhos/RJ, abrangendo estufas e equipamentos laboratoriais, linhas de produção industrial, sistemas de utilidades, painéis e quadros elétricos, áreas técnicas, laboratoriais e de apoio à produção e demais instalações prediais e industriais vinculadas aos processos produtivos e às atividades de Controle de Qualidade. A disponibilidade dos componentes é necessária

para possibilitar a substituição de módulos desgastados ou danificados e o atendimento tempestivo das demandas de manutenção preventiva, corretiva e emergencial.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua de módulos de tomada compatíveis com as instalações existentes, assegurando a segurança elétrica dos usuários e das instalações, a confiabilidade da alimentação elétrica dos equipamentos, a redução de falhas e riscos operacionais, o atendimento às Boas Práticas de Fabricação e a continuidade das atividades laboratoriais, produtivas e de apoio desenvolvidas pela Unidade.

A relevância desses componentes está diretamente relacionada à criticidade dos equipamentos alimentados pelas instalações elétricas. A indisponibilidade ou inadequação dos módulos pode comprometer o funcionamento de equipamentos utilizados em atividades de Controle de Qualidade, gerar riscos de choque elétrico ou aquecimento decorrentes de conexões inadequadas, ocasionar interrupções operacionais não planejadas e contribuir para a ocorrência de não conformidades identificadas durante auditorias, inspeções técnicas ou sanitárias. Considerando a função desempenhada pelas áreas de Controle de Qualidade, eventuais interrupções podem ainda impactar o cumprimento dos cronogramas institucionais e das atividades relacionadas às demandas do Ministério da Saúde.

A escolha dos módulos de tomada da marca FAME é tecnicamente justificada em razão da necessidade de compatibilidade e padronização das instalações existentes, observados os dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133 /2021, especialmente o art. 41, quanto à indicação de marca quando tecnicamente motivada, e o art. 43, quanto à padronização de bens pela Administração Pública. Os módulos FAME integram o padrão atualmente empregado em determinadas instalações da Unidade e apresentam características compatíveis com os conjuntos elétricos existentes, permitindo sua utilização nas aplicações previstas sem necessidade de modificações ou adaptações indevidas.

A necessidade de manutenção desse padrão está relacionada às características mecânicas e elétricas dos conjuntos instalados, incluindo dimensões, sistemas de encaixe, mecanismos, suportes e placas de acabamento. A substituição dos módulos deve permitir a integração adequada ao conjunto existente, preservando as condições de segurança, funcionalidade e acabamento das instalações. Dessa forma, a compatibilidade não se limita à capacidade nominal de corrente do componente, devendo também considerar sua integração física e funcional com os demais elementos da instalação.

A utilização de módulos de outras marcas, sem comprovação de compatibilidade integral com os sistemas existentes, poderá resultar em incompatibilidades dimensionais, mecânicas ou funcionais, necessidade de substituição ou adaptação de placas e suportes, alterações na configuração dos conjuntos instalados e perda da padronização adotada nas instalações. Eventuais adaptações também podem aumentar o tempo necessário para execução das manutenções e introduzir condições diferentes das originalmente estabelecidas para os pontos elétricos, podendo repercutir sobre a segurança e a confiabilidade das instalações.

Nesse contexto, os módulos FAME, nas configurações 2P+T de 10 A e 20 A especificadas, constituem a solução compatível com o padrão existente para as aplicações objeto desta aquisição, permitindo a reposição dos componentes sem necessidade de alterações nos conjuntos elétricos instalados. A indicação da marca decorre, portanto, de requisitos técnicos relacionados à compatibilidade, padronização e manutenção da infraestrutura existente, não constituindo mera preferência comercial.

Para as aplicações específicas contempladas nesta aquisição, a utilização dos módulos FAME é necessária para preservar a uniformidade dos conjuntos elétricos, facilitar as atividades de manutenção e reposição e assegurar condições adequadas de segurança e funcionamento. A adoção de componentes distintos, sem comprovação de atendimento aos mesmos requisitos de compatibilidade mecânica e elétrica, poderá demandar adaptações e intervenções adicionais e não assegurará, por si só, a manutenção das características do padrão atualmente instalado.

A aquisição dos módulos mostra-se, assim, necessária para garantir a continuidade das atividades de manutenção das instalações elétricas, a confiabilidade da alimentação dos equipamentos e a segurança dos usuários e das instalações, contribuindo para a preservação das condições adequadas de funcionamento das áreas laboratoriais, produtivas e técnicas de Bio-Manguinhos. A disponibilidade desses componentes também permite o atendimento tempestivo às ocorrências de desgaste, falha ou dano, reduzindo o risco de indisponibilidade prolongada dos equipamentos atendidos.

Por fim, a estimativa das quantidades a serem adquiridas considera o histórico de consumo e substituições realizadas nas rotinas de manutenção, o desgaste natural decorrente do uso contínuo, a necessidade de manutenção de

estoque mínimo para atendimento de demandas emergenciais e as necessidades previstas para o Parque Fabril no exercício de 2026. As quantidades estimadas buscam assegurar disponibilidade suficiente dos módulos de 10 A e 20 A para atendimento das demandas de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, contribuindo para a continuidade segura e confiável das atividades desenvolvidas por Bio-Manguinhos/Fiocruz.

Pedido de compra nº 223224

A escolha dos dispositivos da marca COEL é tecnicamente justificada em razão da necessidade de compatibilidade, padronização, confiabilidade e segurança dos sistemas elétricos e de utilidades industriais existentes em Bio-Manguinhos/Fiocruz, observados os dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 41, quanto à indicação de marca quando tecnicamente motivada, e o art. 43, quanto à padronização de bens pela Administração Pública.

Os dispositivos COEL são compatíveis com os painéis elétricos e sistemas existentes no Parque Fabril de Bio-Manguinhos, apresentando características técnicas e funcionais adequadas às aplicações previstas. Sua utilização permite a manutenção das configurações já estabelecidas nos sistemas elétricos e de utilidades, contribuindo para a preservação das condições de funcionamento, segurança e confiabilidade dos equipamentos e instalações. A utilização de componentes que mantenham compatibilidade com os sistemas existentes também facilita as atividades de manutenção preventiva e corretiva, reduzindo a necessidade de modificações ou adaptações na infraestrutura instalada.

Os dispositivos especificados atendem aos requisitos técnicos e normativos aplicáveis às suas respectivas funções, contribuindo para a segurança elétrica e operacional dos sistemas nos quais estão instalados. A manutenção do padrão atualmente empregado permite ainda maior uniformidade na reposição dos componentes, facilitando a identificação, instalação, inspeção e manutenção pelos profissionais responsáveis pelas instalações elétricas e sistemas de utilidades industriais.

A utilização de componentes de outras marcas, quando não comprovada sua compatibilidade integral com os sistemas existentes, poderá acarretar incompatibilidades técnicas e funcionais, dificuldades de integração com os painéis e demais dispositivos instalados, necessidade de adaptações na infraestrutura e aumento do risco de falhas operacionais. Dependendo da aplicação e da criticidade do sistema envolvido, a substituição por componentes com características distintas poderá também exigir testes adicionais, avaliações técnicas ou revalidações destinadas a assegurar que a alteração não comprometa as condições de segurança, desempenho e confiabilidade previamente estabelecidas.

A manutenção da padronização com dispositivos COEL também contribui para a redução de intervenções não planejadas e para a preservação das características originais dos sistemas elétricos e de utilidades. A adoção de componentes compatíveis evita alterações desnecessárias nos painéis e equipamentos existentes, reduzindo a possibilidade de introdução de condições técnicas distintas das originalmente previstas e facilitando o atendimento às demandas de manutenção preventiva, corretiva e emergencial.

Nesse contexto, os dispositivos COEL constituem a solução tecnicamente adequada para as aplicações objeto desta aquisição, considerando sua compatibilidade com os sistemas existentes, a necessidade de padronização dos componentes, os requisitos de segurança aplicáveis e a continuidade operacional das instalações. A indicação da marca decorre, portanto, de requisitos técnicos e operacionais relacionados à infraestrutura instalada e à necessidade de preservar suas condições de funcionamento, não constituindo mera preferência comercial.

A utilização dos dispositivos especificados é necessária para assegurar a confiabilidade dos sistemas elétricos e de utilidades industriais, reduzir riscos de falhas e interrupções e permitir que as equipes responsáveis pela manutenção disponham de componentes compatíveis para reposição. Essa disponibilidade é particularmente relevante em instalações nas quais os sistemas elétricos e de utilidades constituem infraestrutura de suporte às atividades produtivas, laboratoriais e técnicas desenvolvidas por Bio-Manguinhos/Fiocruz.

Por fim, a estimativa das quantidades a serem adquiridas considera o histórico de consumo dos dispositivos nas instalações elétricas e sistemas de utilidades, o desgaste natural decorrente do uso contínuo, as necessidades de substituição identificadas nas rotinas de manutenção, a manutenção de estoque mínimo estratégico para atendimento de ocorrências emergenciais e as demandas previstas para o Parque Fabril no exercício de 2026. As quantidades

estimadas buscam assegurar disponibilidade suficiente dos componentes para atendimento das necessidades de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, contribuindo para a segurança, confiabilidade e continuidade operacional dos sistemas de Bio-Manguinhos/Fiocruz.

Pedido de compra nº 223311

Os itens em epígrafe, correspondentes aos INSERTOS FÊMEA TMH16F e MACHO TMH16M, 16 POLOS, da marca HARDE, são componentes originais essenciais para os sistemas de conexão elétrica, controle e automação industrial instalados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz. Esses conectores desempenham função fundamental na interligação entre módulos, equipamentos, painéis e sistemas automatizados, sendo responsáveis por assegurar conexões elétricas confiáveis e a adequada transmissão dos sinais utilizados nos sistemas de controle e supervisão dos processos industriais.

Os insertos são utilizados para garantir a conexão segura entre módulos e equipamentos automatizados, preservar a integridade elétrica dos sinais de controle, evitar falhas decorrentes de conexões soltas, desgastadas ou inadequadas e possibilitar a realização das atividades de manutenção preventiva e corretiva com maior agilidade. Por se tratarem de componentes destinados à integração de sistemas elétricos e de automação, suas características construtivas, dimensionais e elétricas devem ser compatíveis com os equipamentos e conjuntos de conexão nos quais estão instalados, de modo a assegurar o adequado funcionamento dos sistemas e a confiabilidade da comunicação entre os diferentes elementos da automação industrial.

A correta disponibilidade desses componentes é fundamental para garantir a operação contínua e confiável dos sistemas de automação, permitir a execução das rotinas de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, reduzir a ocorrência de falhas operacionais e paradas não programadas e preservar a segurança dos operadores, técnicos, equipamentos e instalações. A adequada conexão dos sinais elétricos também é relevante para a manutenção da estabilidade dos sistemas de controle e supervisão, contribuindo para a continuidade dos processos e para a preservação das condições operacionais estabelecidas.

A ausência ou falha dos conectores pode comprometer diretamente a comunicação entre equipamentos e sistemas automatizados, ocasionando perda ou instabilidade de sinais, falhas de comando, indisponibilidade de equipamentos e interrupções das atividades industriais. Em sistemas de automação empregados em processos críticos, uma conexão inadequada pode ainda dificultar a identificação de falhas, aumentar o tempo necessário para diagnóstico e manutenção e afetar a confiabilidade operacional dos sistemas. Tais ocorrências podem repercutir sobre a continuidade das atividades produtivas e sobre os requisitos de rastreabilidade, controle e segurança associados aos processos desenvolvidos pela instituição.

Os materiais serão utilizados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no Campus Manguinhos/RJ, abrangendo linhas de produção industrial, sistemas automatizados e supervisórios, equipamentos de utilidades, painéis elétricos e de automação, áreas técnicas, laboratoriais e de apoio à produção e demais instalações industriais vinculadas aos processos produtivos. A disponibilidade dos componentes é necessária para permitir a substituição de insertos desgastados, danificados ou que tenham atingido o fim de sua vida útil, evitando a indisponibilidade prolongada dos equipamentos e sistemas atendidos.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua dos conectores originais HARDE, assegurando a operação segura e confiável dos sistemas elétricos e de automação, a adequada supervisão e controle dos sistemas de produção, a redução de falhas operacionais e paradas não programadas, a preservação da segurança operacional e patrimonial, o atendimento às Boas Práticas de Fabricação (BPF) e a continuidade das atividades produtivas estratégicas de Bio-Manguinhos.

A relevância desses componentes está diretamente associada à sua função nos sistemas de automação industrial. A indisponibilidade dos insertos pode comprometer o controle e a operação de sistemas industriais, provocar falhas de automação, ocasionar interrupções não planejadas e dificultar a execução de manutenções corretivas. Em razão da importância dos sistemas automatizados para os processos produtivos, ocorrências dessa natureza podem ainda contribuir para a geração de não conformidades em auditorias e inspeções técnicas ou sanitárias e impactar o cumprimento dos cronogramas e das atividades institucionais relacionadas às demandas do Ministério da Saúde.

A escolha dos conectores da marca HARDE é tecnicamente justificada em razão da necessidade de compatibilidade integral com os sistemas de conexão existentes, observados os dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 41, quanto à indicação de marca quando tecnicamente motivada, e o art. 43, quanto à

padronização de bens pela Administração Pública. Os insertos HARDE especificados fazem parte dos conjuntos de conexão utilizados na infraestrutura existente e apresentam características dimensionais, mecânicas e elétricas compatíveis com os equipamentos e sistemas nos quais são empregados.

A necessidade de utilização dos componentes originais está relacionada às características específicas de acoplamento, quantidade de polos, disposição dos contatos, dimensões, sistema de fixação e demais características construtivas do conjunto. Os insertos fêmea TMH16F e macho TMH16M, de 16 polos, devem estabelecer conexão adequada entre os elementos correspondentes, garantindo a continuidade elétrica dos circuitos e a integridade dos sinais transmitidos. A substituição por componentes que não apresentem as mesmas características poderá comprometer o encaixe, a continuidade elétrica, a estabilidade mecânica da conexão e a confiabilidade do sistema.

A utilização de conectores de outras marcas, sem comprovação de compatibilidade integral com os equipamentos e conjuntos existentes, poderá resultar em incompatibilidades técnicas e funcionais, falhas de conexão, perda de confiabilidade dos sinais e necessidade de adaptações ou modificações nos sistemas instalados. Dependendo da aplicação, alterações dessa natureza poderão demandar testes adicionais, avaliações técnicas ou revalidação do sistema, especialmente quando os componentes estiverem associados a sistemas de automação responsáveis pelo controle e supervisão de processos críticos.

A manutenção da padronização com os componentes HARDE também contribui para a agilidade das atividades de manutenção, uma vez que permite a substituição dos insertos sem alterações na configuração dos conjuntos existentes. Isso reduz o tempo de intervenção, facilita o diagnóstico e a reposição de componentes e minimiza a possibilidade de introdução de soluções improvisadas ou adaptações que possam comprometer a integridade dos sistemas.

Nesse contexto, para as aplicações específicas objeto desta aquisição, os INSERTOS FÊMEA TMH16F e MACHO TMH16M, 16 POLOS, da marca HARDE, constituem a solução compatível com os sistemas existentes e necessária à manutenção da padronização e da confiabilidade das conexões de automação industrial. A utilização de componentes similares ou equivalentes, sem comprovação de atendimento integral às mesmas características técnicas e de compatibilidade, não assegura as condições necessárias para o adequado funcionamento dos sistemas instalados.

A indicação da marca HARDE decorre, portanto, de requisitos técnicos relacionados à compatibilidade, à integração com os equipamentos existentes, à manutenção da configuração original dos sistemas e à necessidade de preservar as condições de segurança e confiabilidade operacional. Não se trata de mera preferência comercial, mas da necessidade de utilização de componentes que atendam às características específicas dos conjuntos de conexão já instalados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos.

Dessa forma, a aquisição dos conectores HARDE mostra-se necessária para assegurar a manutenção imediata e adequada dos sistemas de automação industrial, evitando indisponibilidades prolongadas, reduzindo riscos de falhas de comunicação e contribuindo para a continuidade das atividades produtivas e laboratoriais. A disponibilidade desses componentes permite o atendimento tempestivo às demandas de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, preservando a confiabilidade dos sistemas elétricos e de automação.

Por fim, a estimativa das quantidades a serem adquiridas considera o histórico de consumo e substituições realizadas nos sistemas industriais, o desgaste natural decorrente do uso contínuo, a necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para atendimento de ocorrências emergenciais e as demandas previstas para o Parque Fabril no exercício de 2026. As quantidades estimadas buscam assegurar disponibilidade suficiente dos insertos fêmea TMH16F e macho TMH16M para atendimento das necessidades de manutenção e reposição dos sistemas existentes, contribuindo para a segurança, confiabilidade e continuidade operacional das atividades de Bio-Manguinhos/Fiocruz.

Pedido de compra nº 223236

O item em epígrafe, CHAVE COMUTADORA 5 POLOS, modelo 10-2A170/10Z+FS, do fabricante EFE-SEMITRANS, é componente essencial aplicado em painéis elétricos e sistemas de comando, controle e automação dos equipamentos e instalações industriais do Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz. Sua função está diretamente relacionada à seleção, comutação e controle de circuitos elétricos, permitindo a realização segura de manobras e a seleção de diferentes estados operacionais dos equipamentos e sistemas, de acordo com as necessidades dos processos e das atividades de manutenção.

A chave comutadora é utilizada para realizar a seleção e comutação de circuitos em sistemas industriais, possibilitando operações como seleção entre modos automático e manual, acionamento e desligamento de circuitos, transferência entre diferentes condições de operação e demais funções de comando previstas na configuração dos equipamentos. Por se tratar de componente integrante dos sistemas de comando e controle, suas características elétricas, mecânicas e funcionais devem ser compatíveis com o painel e com o equipamento no qual está instalada, de modo a assegurar a correta execução das manobras e preservar as condições de segurança originalmente estabelecidas.

Sua utilização é fundamental para garantir a operação segura e confiável dos sistemas elétricos, possibilitar a execução das rotinas de manutenção preventiva e corretiva, reduzir a ocorrência de falhas operacionais e paradas não programadas e preservar a integridade física dos operadores, técnicos, equipamentos e instalações. A adequada disponibilidade desse componente também contribui para o atendimento às normas técnicas aplicáveis, às Boas Práticas de Fabricação (BPF) e aos requisitos regulatórios pertinentes às atividades desenvolvidas por Bio-Manguinhos.

A ausência ou falha da chave comutadora pode comprometer diretamente a operação dos painéis elétricos e sistemas automatizados nos quais o componente esteja instalado, impedindo a seleção adequada dos modos de funcionamento ou a realização das manobras previstas no sistema. Dependendo da aplicação, essa condição pode ocasionar indisponibilidade de equipamentos, interrupções operacionais não planejadas, dificuldades para execução de procedimentos de manutenção e aumento dos riscos relacionados à operação dos sistemas elétricos.

O componente será utilizado no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no Campus Manguinhos/RJ, abrangendo painéis elétricos e de comando, sistemas de automação e supervisão, equipamentos de utilidades, linhas de produção industrial, áreas técnicas e de apoio à produção e demais instalações industriais vinculadas aos processos produtivos. A disponibilidade da chave é necessária para possibilitar a substituição de componentes desgastados, danificados ou que apresentem falhas durante a operação, permitindo o restabelecimento tempestivo das condições adequadas de funcionamento dos equipamentos e sistemas atendidos.

A contratação tem como objetivo garantir a disponibilidade contínua de chaves comutadoras compatíveis com os sistemas existentes, assegurando a operação segura dos sistemas elétricos e de comando, a confiabilidade dos processos industriais, a redução de falhas e paradas não programadas, a manutenção das condições estabelecidas pelas Boas Práticas de Fabricação e a continuidade das atividades produtivas estratégicas da Unidade.

A relevância do componente está diretamente relacionada à sua função nos sistemas de comando e controle. A indisponibilidade ou falha da chave comutadora pode comprometer o funcionamento de painéis elétricos e sistemas críticos, provocar interrupções operacionais não planejadas e aumentar os riscos associados à execução inadequada de manobras elétricas. Em instalações vinculadas a atividades produtivas e laboratoriais, ocorrências dessa natureza podem ainda contribuir para não conformidades identificadas em auditorias ou inspeções técnicas e sanitárias e impactar o cumprimento dos cronogramas e das atividades institucionais relacionadas às demandas do Ministério da Saúde.

A escolha da chave comutadora da marca EFE-SEMITRANS, modelo 10-2A170/10Z+FS, é tecnicamente justificada em razão da necessidade de compatibilidade com os painéis, equipamentos e sistemas existentes, observados os dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 41, quanto à indicação de marca quando tecnicamente motivada, e o art. 43, quanto à padronização de bens pela Administração Pública. O modelo especificado apresenta características elétricas, mecânicas e funcionais correspondentes às exigidas pela configuração dos equipamentos nos quais o componente é empregado, permitindo a reposição sem alteração das características originais dos sistemas.

A necessidade de utilização do modelo especificado decorre das características próprias do conjunto de comando no qual a chave está instalada, incluindo número de polos, configuração dos contatos, capacidade elétrica, sistema de acionamento, dimensões, forma de fixação e demais características necessárias ao correto funcionamento do painel. A substituição por componente distinto deve, portanto, considerar não apenas a função genérica de comutação, mas a compatibilidade integral com o equipamento e com o circuito de comando existente.

A utilização de chaves de outras marcas ou modelos, sem comprovação de compatibilidade integral, poderá resultar em incompatibilidades elétricas, mecânicas ou dimensionais, necessidade de adaptações nos painéis, modificações na fiação ou nos sistemas de fixação e aumento do tempo necessário para execução das atividades de manutenção.

Essas adaptações podem alterar as características originalmente estabelecidas para os equipamentos e aumentar os riscos de falhas ou de indisponibilidade dos sistemas.

A manutenção da padronização com a chave EFE-SEMITRANS também contribui para a agilidade das intervenções de manutenção, uma vez que possibilita a substituição direta do componente sem a necessidade de alterações significativas na configuração dos painéis. Isso facilita o diagnóstico, a reposição e a execução de intervenções preventivas, corretivas e emergenciais, reduzindo o período de indisponibilidade dos equipamentos atendidos.

Nesse contexto, para a aplicação específica objeto desta aquisição, a CHAVE COMUTADORA 5 POLOS, modelo 10-2A170/10Z+FS, da marca EFE-SEMITRANS, constitui o componente compatível com os sistemas existentes e necessário à manutenção das características originais dos painéis e equipamentos. A utilização de componentes similares ou equivalentes, sem comprovação de atendimento integral aos mesmos requisitos técnicos, elétricos e mecânicos, não assegura a compatibilidade necessária para a substituição direta do componente.

A indicação da marca e do modelo decorre, portanto, de requisitos técnicos relacionados à integração com os equipamentos existentes, à configuração dos circuitos de comando e à necessidade de preservar as condições de segurança, funcionalidade e confiabilidade dos sistemas instalados. Não se trata de mera preferência comercial, mas da necessidade de utilização de componente compatível com a infraestrutura existente e com as características específicas dos equipamentos nos quais será aplicado.

Dessa forma, a aquisição da chave comutadora EFE-SEMITRANS mostra-se necessária para assegurar a continuidade das atividades de manutenção dos sistemas elétricos, de comando e automação industrial, reduzindo o risco de indisponibilidade prolongada dos equipamentos e permitindo o restabelecimento tempestivo das condições adequadas de operação. A disponibilidade do componente também contribui para a segurança dos operadores e técnicos, a confiabilidade dos processos industriais e a continuidade das atividades produtivas e laboratoriais desenvolvidas por Bio-Manguinhos/Fiocruz.

Por fim, a estimativa das quantidades a serem adquiridas considera o histórico de consumo e substituições realizadas nas rotinas de manutenção, o desgaste natural decorrente do uso contínuo, a necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para atendimento de ocorrências emergenciais e as demandas previstas para o Parque Fabril no exercício de 2026. As quantidades estimadas buscam assegurar disponibilidade suficiente da chave comutadora para atendimento das necessidades de manutenção preventiva, corretiva e emergencial, contribuindo para a segurança, confiabilidade e continuidade operacional dos sistemas de Bio-Manguinhos/Fiocruz.

Pedido de compra nº 223266

O VÍDEO PORTEIRO INTELBRAS IVR1010 é um componente essencial dos sistemas de segurança, controle de acesso e comunicação instalados no Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, desempenhando função diretamente relacionada ao monitoramento e controle da entrada de visitantes e colaboradores, à comunicação entre os pontos de acesso e as áreas internas e ao acompanhamento visual das entradas e locais estratégicos da unidade. Sua disponibilidade é necessária para assegurar a continuidade e a confiabilidade dos sistemas de segurança física e patrimonial, contribuindo para a proteção dos usuários, instalações, equipamentos e processos desenvolvidos no complexo fabril.

O equipamento permite a comunicação entre a portaria e as áreas internas, bem como o monitoramento visual em tempo real dos pontos de acesso, possibilitando maior controle sobre a entrada e saída de pessoas e contribuindo para a identificação de situações que demandem intervenção da equipe responsável pela segurança. Dessa forma, o vídeo porteiro constitui elemento integrante da infraestrutura de controle de acesso e comunicação da unidade, sendo utilizado em conjunto com os demais equipamentos e sistemas destinados à segurança patrimonial e operacional.

A disponibilidade do equipamento é fundamental para garantir a segurança de operadores, visitantes e demais usuários, manter a continuidade dos sistemas de controle de acesso e comunicação e reduzir a ocorrência de falhas operacionais ou a necessidade de intervenções emergenciais. Sua utilização também contribui para o atendimento às normas e procedimentos internos de segurança e às condições necessárias à manutenção das Boas Práticas de Fabricação (BPF), especialmente em razão da necessidade de controle de acesso às áreas produtivas, técnicas e administrativas da instituição.

O vídeo porteiro será utilizado nas entradas principais e secundárias do Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz, no Campus Manguinhos/RJ, bem como em áreas técnicas e administrativas submetidas a controle de acesso restrito,

pontos estratégicos de vigilância interna e externa e sistemas integrados de segurança, comunicação e supervisão. A aquisição destina-se especialmente à substituição de equipamento danificado ou indisponível, permitindo o restabelecimento das condições normais de operação sem necessidade de alterações significativas na infraestrutura já instalada.

A contratação tem como objetivo garantir a substituição imediata e padronizada do vídeo porteiro danificado, preservar a operação segura e contínua dos sistemas de controle de acesso, evitar adaptações ou modificações desnecessárias nos sistemas existentes, minimizar riscos relacionados à segurança de operadores, visitantes e instalações e assegurar a manutenção das condições estabelecidas pelos procedimentos internos de segurança e pelos requisitos aplicáveis às instalações da unidade.

A indisponibilidade do VÍDEO PORTEIRO IVR1010 pode comprometer o controle e o monitoramento dos acessos, interromper ou dificultar a comunicação entre a portaria e áreas internas, gerar falhas operacionais e demandar intervenções emergenciais. Em razão da função desempenhada pelo sistema de controle de acesso, uma falha prolongada pode ainda comprometer procedimentos de segurança física e patrimonial, dificultar o controle de circulação de pessoas e contribuir para a ocorrência de não conformidades identificadas em auditorias ou inspeções de segurança. Tais condições são particularmente relevantes em uma unidade que desenvolve atividades estratégicas relacionadas à produção e ao controle de qualidade de imunobiológicos, biofármacos e demais produtos de interesse do Ministério da Saúde.

A escolha do VÍDEO PORTEIRO INTELBRAS IVR1010 é tecnicamente justificada em razão da necessidade de reposição direta de equipamento integrante de sistema de controle de acesso já instalado, considerando as características da infraestrutura existente, observados os dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 41, quanto à indicação de marca quando tecnicamente motivada, e o art. 43, quanto à padronização de bens pela Administração Pública. O equipamento especificado apresenta características compatíveis com as conexões, cabeamento, dispositivos e demais elementos que compõem o sistema existente, permitindo a substituição do equipamento danificado sem a necessidade de alteração de toda a infraestrutura de controle de acesso.

A necessidade de utilização do modelo especificado decorre, principalmente, das características do sistema já instalado, incluindo infraestrutura de cabeamento, conexões, alimentação elétrica, transmissão de vídeo, comunicação e integração com os demais elementos do controle de acesso. A substituição direta por equipamento compatível permite preservar a configuração existente, reduzir o tempo de indisponibilidade e evitar intervenções adicionais que poderiam comprometer temporariamente o funcionamento dos pontos de controle.

A utilização de vídeo porteiros de outras marcas ou modelos, sem comprovação de compatibilidade integral com o sistema instalado, poderá resultar em incompatibilidades técnicas, elétricas, de comunicação ou de transmissão de vídeo, além de demandar ajustes mecânicos, alterações de cabeamento, substituição de componentes auxiliares ou modificações na infraestrutura existente. Essas intervenções podem aumentar o tempo necessário para restabelecimento do sistema, elevar os custos de manutenção e criar riscos adicionais durante a execução dos serviços.

Outro aspecto relevante é a possibilidade de substituição individual do equipamento sem necessidade de substituição do sistema completo. A utilização do mesmo modelo permite a manutenção dos demais componentes já instalados e reduz a necessidade de intervenções de maior abrangência, contribuindo para a economicidade da manutenção e para a redução dos riscos operacionais associados à alteração de sistemas de segurança em funcionamento.

Nesse contexto, para a aplicação específica objeto desta aquisição, o VÍDEO PORTEIRO INTELBRAS IVR1010 constitui o equipamento compatível com a infraestrutura existente e adequado à reposição do componente atualmente instalado. A utilização de equipamento similar ou equivalente, sem comprovação de atendimento integral às mesmas características de comunicação, vídeo, alimentação, conexões e integração com o sistema existente, não assegura a possibilidade de substituição direta nem a preservação das condições originais de funcionamento.

A indicação da marca INTELBRAS e do modelo IVR1010 decorre, portanto, de requisitos técnicos relacionados à compatibilidade com a infraestrutura existente, à integração com os sistemas de controle de acesso e comunicação e à necessidade de restabelecimento imediato das condições de segurança. Não se trata de mera preferência comercial, mas da necessidade de preservar a funcionalidade do sistema instalado e evitar alterações desnecessárias em uma infraestrutura de segurança já estabelecida.

Dessa forma, para a finalidade específica de reposição do equipamento danificado, o INTELBRAS IVR1010 é a opção tecnicamente adequada para assegurar a continuidade e a confiabilidade do sistema de controle de acesso, permitindo a substituição do componente sem a necessidade de intervenções abrangentes na infraestrutura existente. Sua utilização contribui para preservar a segurança física e patrimonial, manter a comunicação entre os pontos de acesso e as áreas internas e reduzir o período de indisponibilidade do sistema.

A aquisição do equipamento mostra-se, assim, necessária para assegurar o funcionamento contínuo dos sistemas de segurança e controle de acesso do Parque Fabril de Bio-Manguinhos, reduzindo riscos relacionados à indisponibilidade de pontos de comunicação e monitoramento e permitindo o atendimento tempestivo às necessidades de manutenção corretiva. A disponibilidade do componente também contribui para a manutenção das condições de segurança das áreas produtivas, laboratoriais, técnicas e administrativas e para a continuidade das atividades estratégicas desenvolvidas pela instituição.

Por fim, a estimativa da quantidade a ser adquirida considera o histórico de substituições e o desgaste natural decorrente do uso contínuo, bem como a necessidade de manutenção de estoque mínimo estratégico para reposições emergenciais e as demandas previstas para as atividades de manutenção preventiva e corretiva durante o exercício de 2026. A quantidade estimada busca assegurar disponibilidade suficiente para atendimento das ocorrências de manutenção e reposição do equipamento, contribuindo para a continuidade, segurança e confiabilidade dos sistemas de controle de acesso e comunicação do Parque Fabril de Bio-Manguinhos/Fiocruz.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEMEL/SEMAP/SELET/SEMMA/SEELT	LEONARDO PEREIRA DO NASCIMENTO
SECAL	BRUNO LUIS MUZY
LAEPC	ALEX COSTA DE ALMEIDA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Manter atualizado o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), assim como, todos os níveis de credenciamento durante a vigência contratual.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5. Levantamento de Mercado

O presente levantamento teve como objetivo verificar e demonstrar que a solução proposta, Aquisição de Material para manutenção, representa, de forma inequívoca, a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração

Pública, superando outras possibilidades analisadas para suprir a necessidade identificada. A análise realizada comprovou a pertinência da escolha e evidenciou a racionalidade administrativa que fundamenta a decisão.

A opção pela aquisição em questão não se limita ao atendimento de uma demanda pontual, mas está definitivamente alinhada aos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. Tais fundamentos consolidam a legitimidade do processo e demonstram, com segurança, que a decisão adotada garante o melhor interesse coletivo, preservando a qualidade dos serviços prestados e assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.

6. Descrição da solução como um todo

Nesta seção, descreve-se a solução técnica proposta para atender à necessidade administrativa, incluindo as características essenciais e os requisitos preliminares. A solução especificada visa manter em operação todo o parque fabril do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos, bem como seus projetos e laboratórios onde são realizadas análises físico-químicas e estudos. Esse modelo, já em uso, otimiza o processo, reduzindo desperdícios de tempo e de informações, o que facilita a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, além de simplificar procedimentos administrativos e reduzir custos financeiros.

A fundamentação legal específica para a aquisição será devidamente detalhada no Termo de Referência (TR), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. No TR, serão definidos os dispositivos legais que sustentam a contratação, contemplando os critérios de economicidade, eficiência e sustentabilidade. A justificativa para cada etapa será embasada nos princípios da Administração Pública e na aderência às normas vigentes, garantindo clareza, transparência e segurança jurídica ao processo, de modo a assegurar a solução mais vantajosa para o interesse público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades estabelecidas para a pretensa Aquisição e Fornecimento foram determinadas por meio de metodologias de cálculo que se fundamentam no histórico e na previsão de consumo informada pelos usuários. É importante ressaltar que tais quantidades são estimativas e, portanto, a CONTRATANTE não estará obrigada a requisitar a entrega em sua totalidade. O fornecimento será realizado sob demanda, mediante emissão de Nota de Empenho e documento de Autorização de Entrega de Material (AEM).

A solução definida para atender à demanda foi elaborada considerando as seguintes atividades:

a. Etapas da gestão de estoque e validade dos materiais de consumo;

b. Árvore de Materiais - Lista detalhada dos materiais e suas respectivas quantidades que compõem um produto ou atividade;

c. Análise do histórico de consumo dos itens nos últimos 24 meses, 12 meses e nos últimos 3 meses;

d. Consideração do Contrato de fornecimento de produtos, firmado entre Bio-Manguinhos e Ministério da Saúde para o ano sequente;

e. Avaliação do Saldo em Aquisições de processos vigentes.

Dessa forma, a estimativa das quantidades a serem contratadas foi embasada em uma análise criteriosa dos dados disponíveis, visando garantir a eficiência e adequação do fornecimento às necessidades da CONTRATANTE.

Pedido	Código	Material / Serviço	Unid	Qtd
220092	29962	FITA,ISOLANTE;PVC;19MMX20M;33+3M;H0002243782,SCOTCH-BRITE	UN	20
221386	66758	LAMPADA,LED;BULBO;BIVOLT;3000K;9W;AMARELA	UN	4
222664	62107	CANALETA,PA/SA;PVC;300X300MM;TQ;HD2PF,HELLERMANN	M	10
223068	53090	TOMADA,SOBREPOR;2P+T;16A;GHG5114306R3001,CEAG;APL BALANCA	UN	3
223070	58335	TAMPA,PLANO,LISA;BR;1,5MMX3M;DT1514000,DUTOTEC	UN	30

223070	58338	BLOCO,CEGO;BRANCO;DX9920000,DUTOTEC	UN	100
223071	59202	MODULO,ENTRADA;PIAL-PLUS;2P+T;20A;250V;615079,PIAL LEGRAND	UN	15
223071	61547	PLACA,2POSTOS;BRANCA;4X2;618506,PIAL LEGRAND	UN	8
223071	65556	MODULO,ENTRADA;INTERRUPTOR;2P+T;10A;250V;612005,PIAL LEGRAND	UN	2
223071	7190	PLACA CEGA; 4X2; CINZA; 8510, SILENTOQUE, PIAL LEGRAND	UN	9
223073	63190	PLUGUE;PROFISSIONAL;REFOR;2P+T;10A,250V;615852,PIAL LEGRAND	UN	12
223073	66185	PLUGUE,MACHO;10A;250V;2P+T;CINZA;615921,PIAL LEGRAND	UN	30
223074	61571	QUADRO DISTR FORCA;16 DISJ;DIN;100A;903411/N,CEMAR	UN	1
223075	36601	QUADRO,COMANDO;500X500X200MM;S/FLANGE;902313,CEMAR	UN	2
223082	58330	SINALEIRO,OLHO BOI;VERDE;24V;1W;PLR108VD,JNG	UN	167
223082	58331	SINALEIRO,OLHO BOI;VERMELHO;24V;1W;PLR108VM,JNG	UN	192
223088	65183	FONTE,ELETRICA;ENCAPSULADA;12V;CPD.07192,FABRIMAR	UN	1
223106	36483	CHAVE,NIVEL;15A;250V;2M;CB2002,MARGIRIUS	UN	3
223107	36483	CHAVE,NIVEL;15A;250V;2M;CB2002,MARGIRIUS	UN	5
223189	10577	SINALEIRO DE PAINEL; 110V; VERMELHO;22MM;L20-DR1-R,METALTEX	UN	5
223196	24062	BORNE,INTERLIGACAO;SAK 2,5MM²;24A/800V;SAK2,5EN,CONEXEL	UN	93
223202	31486	QUADRO COMANDO;CEMAR;500X500X250MM;FLANGE;901115,LEGRAND	UN	2
223221	48232	MODULO,TOMADA;2P+T;10A;BRANCO;1427,FAME;APL ESTUFA	UN	72
223221	59863	MODULO,TOMADA;2P+T;20A;BRANCO;MODULARE/EVIDENCE;1428,FAME	UN	24
223224	55848	RELE;FALTA-FASE;220VCA;BVTD-P,COEL	UN	7
223224	56042	INTERRUPTOR,HORARIO;220VCA;RECARREGAVEL;BWT40DRRP,COEL	UN	21
223236	63224	CHAVE,COMUTADORA;5-POLOS;10-2A170/10Z+FS,EFE-SEMITRANS	UN	16
223266	63543	VIDEO,PORTEIRO;100/240V;50/60HZ;BRANCA;IVR1010,INTELBRAS	UN	1
223311	54647	INSERTO,FEMEA;16-POLOS;TMH16F,HARDE	UN	2
223311	54649	INSERTO,MACHO;16-POLOS;TMH16M,HARDE	UN	2
223344	49260	LAMPADA,FLUOR,TUB,T8,15W,G13,NEGRA,450MM,15WBL,GERMFREE	UN	4
223372	66034	LAMPADA,LED;BULBO;A55;6W;BIVOLT;3000K	UN	6
223372	6934	LÂMPADA MISTA; 220V; 250W; BOCAL E40	UN	24
223372	7582	LÂMPADA FLUORESCENTE; COMPACTA; 127 V X 9 W	UN	27
223372	7584	LÂMPADA FLUORESCENTE; COMPACTA; 127 V X 20 W	UN	3
223374	51206	LAMPADA,LED;CAPACIDADE150W;TEMPERATURA;COR;5000-6000K	UN	4
223375	35468	LAMPADA;LED;TUBULAR;18W;BIVOLT;T8;G13;1200MM	UN	20
223375	41526	LAMPADA,LED;15W;100-230VAC;BR;6500K;1550LM	UN	3
223375	50743	LAMPADA,LED;GLOBE;30W;E27;6500K;BIVOLT	UN	20
223375	55973	LAMPADA,LED;TUBULAR;T8;HO;G13;65W;6500K,BIVOLT	UN	12
223375	64349	LAMPADA,HALOGENA;BIPINO;GY6.35;50W;24V;3000K	UN	8
223376	28919	LAMPADA TUBULAR;ULTRAVIOLETA;15W	UN	1
223376	28922	LAMPADA TUBULAR;ULTRA VIOLETA;20W;T8	UN	15
223376	7120	LÂMPADA FLUORESCENTE;COMUM;LINEAR;TUBULAR CONVENCIONAL;32W	UN	20

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Diante do aumento da demanda identificado pelos programas do Ministério da Saúde e da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, a estimativa de quantidades de materiais de consumo reflete esse crescimento. Com base nos dados históricos das aquisições anteriores, observamos um incremento significativo na necessidade de insumos devido ao aumento da capacidade de produção da unidade Bio-Manguinhos/Fiocruz e ao crescimento da demanda do Sistema Único de Saúde (SUS). O material é necessário para garantir a continuidade das operações e o cumprimento das metas estabelecidas. Assim, a projeção para o período contempla um aumento dos quantitativos, a fim de atender plenamente as novas exigências operacionais e os programas de saúde pública.

Código	Material / Serviço	Unid	pom202	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
59202	MODULO,ENTRADA;PIAL-PLUS;2P+T;20A;250V;615079,PIAL LEGRAND	UN	0	0	12	0	27

58330	SINALEIRO,OLHO BOI;VERDE;24V;1W;PLR108VD,JNG	UN	0	0	40	0	200
58331	SINALEIRO,OLHO BOI;VERMELHO;24V;1W;PLR108VM,JNG	UN	0	0	40	0	216
36483	CHAVE,NIVEL;15A;250V;2M;CB2002,MARGIRIUS	UN	0	0	0	5	8
24062	BORNE,INTERLIGACAO;SAK 2,5MM²;24A/800V;SAK2,5EN,CONEXEL	UN	10	0	62	0	101
48232	MODULO,TOMADA;2P+T;10A;BRANCO;1427,FAME;APL ESTUFA	UN	0	0	115	0	147
55848	RELE;FALTA-FASE;220VCA;BVTD-P,COEL	UN	0	0	2	0	9
56042	INTERRUPTOR,HORARIO;220VCA;RECARREGAVEL;BWT40DRRP,COEL	UN	0	0	6	0	21
63224	CHAVE,COMUTADORA;5-POLOS;10-2A170/10Z+FS,EFE-SEMITRANS	UN	0	0	0	5	28
35468	LAMPADA;LED;TUBULAR;18W;BIVOLT;T8;G13;1200MM	UN	8000	2000	3000	4000	6820
28922	LAMPADA TUBULAR;ULTRA VIOLETA;20W;T8	UN	0	7	0	0	15

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Analisando a necessidade de contratação do último ciclo, decorrente de ajustes nos programas de saúde pública e estabilização epidemiológica, a estimativa de aquisição de materiais de consumo será reduzida proporcionalmente. Analisando os dados históricos de consumo e as projeções revisadas do Ministério da Saúde, prevemos uma diminuição, conforme tabela abaixo, na quantidade de materiais em comparação aos períodos anteriores. Essa redução visa ajustar os estoques e evitar desperdícios, mantendo a eficiência no uso dos recursos sem comprometer a capacidade produtiva e a qualidade dos serviços prestados por Bio-Manguinhos/Fiocruz ao SUS.

Código	Material / Serviço	Unid	pom202	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
29962	FITA,ISOLANTE;PVC;19MMX20M;33+3M;H0002243782,SCOTCH-BRITE	UN	0	0	100	0	20
7190	PLACA CEGA; 4X2; CINZA; 8510, SILENTOQUE, PIAL LEGRAND	UN	0	50	0	0	9
36601	QUADRO,COMANDO;500X500X200MM;S/FLANGE;902313,CEMAR	UN	0	0	10	0	2
10577	SINALEIRO DE PAINEL; 110V; VERMELHO;22MM;L20-DR1-R,METALTEX	UN	0	20	0	0	5
59863	MODULO,TOMADA;2P+T;20A;BRANCO;MODULARE/EVIDENCE;1428,FAME	UN	0	0	25	0	24
7584	LÂMPADA FLUORESCENTE; COMPACTA; 127 V X 20 W	UN	50	50	0	0	3
51206	LAMPADA,LED;CAPACIDADE150W;TEMPERATURA;COR;5000-6000K	UN	0	0	10	0	4
41526	LAMPADA,LED;15W;100-230VAC;BR;6500K;1550LM	UN	0	0	30	0	3
50743	LAMPADA,LED;GLOBE;30W;E27;6500K;BIVOLT	UN	200	0	43	50	20
55973	LAMPADA,LED;TUBULAR;T8;HO;G13;65W;6500K,BIVOLT	UN	0	0	35	0	12

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Com base nos dados históricos de consumo e no planejamento estratégico de Bio-Manguinhos/Fiocruz, a demanda por insumos para a produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos tem se mantido estável nos últimos anos. Dessa forma, a estimativa de quantidades a serem contratadas para este ciclo segue o padrão médio observado anteriormente, sem variações significativas. O planejamento para a aquisição de materiais de consumo considera as demandas dos programas do Ministério da Saúde e as necessidades operacionais da unidade, de modo a garantir a continuidade da produção e o atendimento integral ao SUS, mantendo a estimativa de compra alinhada aos volumes previamente adquiridos.

Código	Material / Serviço	Unid	pom202	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
31486	QUADRO COMANDO;CEMAR;500X500X250MM;FLANGE;901115,LEGRAND	UN	0	2	0	0	2
54647	INSERTO,FEMEA;16-POLOS;TMH16F,HARDE	UN	0	0	2	0	2
54649	INSERTO,MACHO;16-POLOS;TMH16M,HARDE	UN	0	0	2	0	2

Como se trata de um item recentemente cadastrado, sem histórico de aquisições anteriores, a estimativa das quantidades será baseada em projeções técnicas e nos parâmetros estabelecidos pela demanda do Ministério da Saúde. A definição das quantidades levou em consideração as previsões de utilização no processo produtivo de Bio-Manguinhos/Fiocruz, alinhadas ao plano de expansão industrial e às necessidades do SUS. A projeção inicial foi elaborada com base em estudos de demanda, levando em conta a capacidade produtiva da unidade, o cronograma de implementação de novos produtos e o impacto esperado desse item na cadeia de produção.

Código	Material / Serviço	Unid	pom202	pom2023	pom2024	pom2025	pom2026
62107	CANALETA,PA/SA;PVC;300X300MM;TQ;HD2PF,HELLERMANN	M	0	0	0	0	10

53090	TOMADA,SOBREPOR;2P+T;16A;GHG5114306R3001,CEAG;APL BALANCA	UN	0	0	0	0	3
58335	TAMPA,PLANO,LISA;BR;1,5MMX3M;DT1514000,DUTOTEC	UN	0	0	0	0	30
58338	BLOCO,CEGO;BRANCO;DX9920000,DUTOTEC	UN	0	0	0	0	100
61547	PLACA,2POSTOS;BRANCA;4X2;618506,PIAL LEGRAND	UN	0	0	0	0	8
65556	MODULO,ENTRADA;INTERRUPTOR;2P+T;10A;250V;612005,PIAL LEGRAND	UN	0	0	0	0	2
63190	PLUGUE;PROFISSIONAL;REFOR;2P+T;10A,250V;615852,PIAL LEGRAND	UN	0	0	0	0	12
66185	PLUGUE,MACHO;10A;250V;2P+T;CINZA;615921,PIAL LEGRAND	UN	0	0	0	0	30
61571	QUADRO DISTR FORCA;16 DISJ;DIN;100A;903411/N,CEMAR	UN	0	0	0	0	1
65183	FONTE,ELETRICA;ENCAPSULADA;12V;CPD.07192,FABRIMAR	UN	0	0	0	0	1
63543	VIDEO,PORTEIRO;100/240V;50/60HZ;BRANCA;IVR1010,INTELBRAS	UN	0	0	0	0	1
66758	LAMPADA,LED;BULBO;BIVOLT;3000K;9W;AMARELA	UN	0	0	0	0	4
49260	LAMPADA,FLUOR,TUB,T8,15W,G13,NEGRA,450MM,15WBL,GERMFREE	UN	0	0	0	0	4
66034	LAMPADA,LED;BULBO;A55;6W;BIVOLT;3000K	UN	0	0	0	0	6
6934	LÂMPADA MISTA; 220V; 250W; BOCAL E40	UN	0	0	0	0	24
7582	LÂMPADA FLUORESCENTE; COMPACTA; 127 V X 9 W	UN	0	0	0	0	27
64349	LAMPADA,HALOGENA;BIPINO;GY6.35;50W;24V;3000K	UN	0	0	0	0	8
28919	LAMPADA TUBULAR;ULTRAVIOLETA;15W	UN	0	0	0	0	1
7120	LÂMPADA FLUORESCENTE;COMUM;LINEAR;TUBULAR CONVENCIONAL;32W	UN	0	0	0	0	20

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): SIGILOSO

O valor dessa contratação está estimado em SIGILOSO.

Informamos que o valor disposto no item 8 deste ETP, reflete os valores apurados na pesquisa de mercado realizada para fins de estimativas de valores e planejamento orçamentário da contratação, possibilitando a avaliação da viabilidade econômica, portanto, não se confunde com a pesquisa a ser realizada para aferição da conformidade / aceitação da proposta, que será realizada de acordo com a Instrução Normativa Seges/ME 65/2021 junto ao mercado fornecedor para obtenção do preço de referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em atendimento ao art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a opção pelo parcelamento do objeto justifica-se pela viabilidade técnica e pela vantajosidade econômica da aquisição de materiais de consumo de forma fracionada, considerando que os itens possuem natureza comum, características independentes e podem ser fornecidos de maneira autônoma, sem prejuízo à funcionalidade, à qualidade ou ao atendimento da necessidade administrativa.

O parcelamento possibilita a ampliação da competitividade, favorece a participação de um maior número de fornecedores e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, em consonância com os princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, conforme as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Trata-se de aquisição dos itens comuns para atendimento a Bio-Manguinhos. Suas necessidades são planejadas anualmente para atendimento às mais diversas áreas e setores. Dessa forma, os pedidos inseridos em sistema

interno são liberados de acordo com sua prioridade de compra. As contratações são consolidadas por guardar relação com o objeto principal. Não havendo vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens desta contratação foram devidamente previstos no Plano de Gestão de Contratações (PGC) das respectivas unidades, tendo sido lançados em 2025, com a previsão de execução no exercício de 2026, em conformidade com o Decreto nº 10.947/2022. A demanda apresentada neste documento está contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) para o ano de 2026, alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável da Fiocruz, e foi registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), dentro dos prazos e requisitos estabelecidos pela legislação vigente.

I) ID pca PNCP: 33781055000135-0-000007/2026

I) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025

Classe	Desc da Classe	Identificador da Futura Contratação	Id do item no PCA
7510	ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO	254445-23/2026	365
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
5963	MÓDULOS ELETRÔNICOS	254445-23/2026	318
5961	DISPOSITIVOS A SEMICONDUTOR E PLACAS ASSOCIADAS (CIRCUITOS)	254445-23/2026	312
5963	MÓDULOS ELETRÔNICOS	254445-23/2026	318
5975	FERRAGENS E SUPRIMENTOS DE ELETRICIDADE	254445-23/2026	333
5935	CONECTORES ELÉTRICOS	254445-23/2026	371
5935	CONECTORES ELÉTRICOS	254445-23/2026	371
6110	EQUIPAMENTOS DE CONTROLE ELÉTRICO	254445-36/2026	218
6110	EQUIPAMENTOS DE CONTROLE ELÉTRICO	254445-36/2026	218
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
6130	CONVERSORES ELÉTRICOS ESTÁTICOS	254445-23/2026	387
5930	CHAVES ELÉTRICAS	254445-23/2026	321
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
5940	BORNES, TERMINAIS E LÂMINAS TERMINAIS	254445-23/2026	244
6110	EQUIPAMENTOS DE CONTROLE ELÉTRICO	254445-36/2026	218
5935	CONECTORES ELÉTRICOS	254445-23/2026	371
5963	MÓDULOS ELETRÔNICOS	254445-23/2026	318
5945	RELÉS E SOLENÓIDES	254445-23/2026	249
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
3590	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS E COMERCIAIS	254445-23/2026	340
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
6240	LÂMPADAS ELÉTRICAS	254445-23/2026	266
9999	ITENS DIVERSOS	254445-27/2026	1
6240	LÂMPADAS ELÉTRICAS	254445-23/2026	266
6240	LÂMPADAS ELÉTRICAS	254445-23/2026	266

6240	LÂMPADAS ELÉTRICAS	254445-23/2026	266
6240	LÂMPADAS ELÉTRICAS	254445-23/2026	266
6240	LÂMPADAS ELÉTRICAS	254445-23/2026	266
6240	LÂMPADAS ELÉTRICAS	254445-23/2026	266
6240	LÂMPADAS ELÉTRICAS	254445-23/2026	266
6240	LÂMPADAS ELÉTRICAS	254445-23/2026	266
6240	LÂMPADAS ELÉTRICAS	254445-23/2026	266
6250	LUSTRES, SUPORTES PARA LÂMPADAS E ELEMENTOS DE PARTIDA	254445-23/2026	328
6240	LÂMPADAS ELÉTRICAS	254445-23/2026	266

12. Prorrogação da ARP e Quantitativos

Em conformidade com o Parecer n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, registra-se que, considerando que a vigência da Ata de Registro de Preços poderá alcançar até 24 (vinte e quatro) meses, mediante prorrogação por igual período, esta fase de planejamento prevê expressamente a possibilidade de renovação dos quantitativos originalmente registrados, limitada ao quantitativo anual estimado para fins de planejamento.

A renovação dos quantitativos somente poderá ocorrer caso sejam observadas simultaneamente as seguintes condições: Comprovação da manutenção do preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e art. 22 do Decreto nº 11.462 /2023; Previsão expressa no edital e na própria Ata de Registro de Preços quanto à possibilidade de renovação dos quantitativos durante a prorrogação; Tratamento prévio e justificado no planejamento, nos moldes do art. 18, §1º, IV, e art. 40 da Lei nº 14.133/2021, assegurando alinhamento com o princípio da anualidade e com as estimativas de consumo; Formalização por termo aditivo dentro do prazo de vigência original, conforme orientação consolidada no Parecer n. 00075/2024 e na ON AGU nº 89/2024. A presente previsão visa garantir segurança jurídica ao procedimento, assegurar transparência aos licitantes, preservar a fidedignidade das estimativas anuais de demanda e evitar a necessidade de superdimensionamento de quantitativos no planejamento inicial, nos termos das conclusões consolidadas pela AGU.

Dessa forma, fica consignado neste ETP que a eventual prorrogação da Ata poderá contemplar a renovação dos quantitativos definidos para a contratação, observando-se que as estimativas aqui apresentadas poderão ser refinadas ou ajustadas no Termo de Referência, respeitados sempre os limites legais e as condições estabelecidas para renovação.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O investimento contínuo na cadeia de inovação e em desenvolvimento tecnológico é uma marca do instituto, assim como o domínio de tecnologias de ponta e avançados processos de produção. Parcerias com outras instituições públicas e privadas- garantem acordos de transferência de tecnologia e de desenvolvimento tecnológico, contribuindo para a evolução dos projetos do instituto. O cumprimento dos requerimentos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) assim como a certificação de qualidade de seus laboratórios fazem do Instituto um importante agente para a melhoria da saúde pública do país. Os resultados esperados com a aquisição é a manutenção da capacidade produtiva, garantir o bom funcionamento dos equipamentos com confiabilidade dos resultados, atendendo assim as exigências de boas práticas de fabricação. Manter o parque industrial operacional durante todo o ano. Evitar parada na rotina dos laboratórios e o atraso na liberação de lotes de produtos.

14. Providências a serem Adotadas

Não há providências necessárias para adequação do local de execução das aquisições, visto que, o consumo do objeto a ser adquirido já contempla o espaço necessário para o Uso, Ambiente de Produção e Laboratórios do referido Instituto.

15. Possíveis Impactos Ambientais

O Plano de Logística Sustentável da Fiocruz (PLS) contém diversas medidas mitigadoras e ações voltadas para o baixo consumo de energia e outros recursos, bem como a logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos. Abaixo estão algumas das principais ações incluídas no PLS:

15.1. Redução do Consumo de Energia:

- Promoção de Campanhas de Uso Racional de Energia Elétrica: Inclui a distribuição de informes físicos e digitais, adesivos sobre como reduzir o consumo de energia elétrica, e a realização de seminários.
- Retrofit nas Demandas de Adequações: Execução de estudos de viabilidade e serviços de retrofit para melhorar a eficiência energética das instalações.
- Substituição de Equipamentos: Troca de equipamentos antigos por novos com selo Procel e substituição de lâmpadas por LED.
- Instalação de Sensores e Temporizadores: Implementação de sensores de presença e temporizadores para otimizar o uso de energia.

15.2. Gestão de Resíduos e Logística Reversa:

- Resíduos de Óleo Vegetal: Coleta quinzenal e reciclagem de óleo vegetal usado nos restaurantes dos campi.
- Pilhas e Baterias: Logística reversa em parceria com a ABINEE, coletando e destinando cerca de 8.880,3 kg de pilhas e baterias para reciclagem.
- Cartuchos, Tonners e Latas de Tinta: Destinação para coprocessamento, transformando-os em combustível para a indústria cimenteira.
- Resíduos Eletroeletrônicos: Remanufatura e reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos por meio de cooperativas credenciadas.
- Coleta Seletiva de Papel/Papelão, Plástico e Vidro: Programa de coleta seletiva solidária que destinou, entre 2018 e 2020, aproximadamente 622,5 toneladas de papel/papelão, 130,5 toneladas de plástico, e 20,6 toneladas de vidro para reciclagem.

Essas ações fazem parte de um esforço contínuo da Fiocruz para reduzir impactos ambientais, promover a sustentabilidade e garantir o manejo adequado dos recursos e resíduos.

A Fiocruz, ciente do seu papel enquanto instituição de pesquisa, ensino e produção em saúde pública, adota práticas de mitigação e controle dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades. Exemplo disso é seu programa de gerenciamento de resíduos, procedimentos de biossegurança, programa de tratamento de efluentes, que conta com uma Estação de Tratamento de Esgoto própria, e programa de descarte de resíduos químicos e nucleares, entre outros. Essas práticas garantem o controle dos impactos ambientais inerentes aos processos da Fiocruz, resultando em uma condução diligente e consciente dos aspectos ambientais relativos ao cuidado com a saúde pública.

Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis em https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas, verificamos que a licitação/contratação sustentável é um instrumento significativo para que a Administração Pública exija que as empresas cumpram requisitos de sustentabilidade socioambiental, desde a produção até a distribuição de bens, prestação de serviços e realização de obras de engenharia.

Conforme a Instrução Normativa Nº 01/2010-SLTI/MPOG, os órgãos da Administração Pública podem exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens. No presente processo, aplicam-se os requisitos desta Instrução Normativa. Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental previstos, especificamente os definidos no artigo 5º da IN mencionada, que incluem:

I – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, para garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento; e

IV – Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Por se tratar de responsabilidade corporativa da empresa fornecedora, deve-se incluir no rol de declarações que sua política de governança contempla compromissos de sustentabilidade ambiental, com ações nas áreas de redução da geração de resíduos sólidos, emissões de gases de efeito estufa, consumo de água, consumo de energia, e apoio à diversidade étnica, cultural e de gênero.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Técnico Preliminar e demais informações, consideroviável, tanto nos aspectos técnicos quanto nos aspectos econômicos, a realização da aquisição pretendida a fim deatender as demandas de Bio-Manguinhos. Diante de todas as informações colhidas nas etapas de elaboração doETP, com base nas informações fornecidas pelos respectivos usuários e detalhadas nas justificativas anexas, caberáà autoridade competente decidir pela viabilidade da contratação, bem como o seu alinhamento com a necessidadeapontada pela unidade demandante e o planejamento estratégico da organização.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

LEONARDO PEREIRA DO NASCIMENTO

Equipe de Planejamento

ALEX COSTA DE ALMEIDA

Equipe de Planejamento

BRUNO LUIS MUZY

Equipe de Planejamento

CRISTINA AZEVEDO ZANIRATI

Equipe de Fiscalização

MICHAEL PAISANTE DE OLIVEIRA

Equipe de Fiscalização

Especificações:

Item : 1
Material: PLACA CEGA; 4"X2"; CINZA; 8510, SILENTOQUE, PIAL LEGRAND
PLACA CEGA; 4"X2"; COR CINZA; REF 8510, SILENTOQUE, PIAL LEGRAND*******

Item : 2
Material: SINALEIRO DE PAINEL; 110V; VERMELHO;22MM;L20-DR1-R,METALTEX
SINALEIRO DE PAINEL; 110V; VERMELHO; MED 22MM; L20-DR1-R, METALTEX*******

Item : 3
Material: BORNE,INTERLIGACAO;SAK 2,5MM²;24A/800V;SAK2,5EN,CONEXEL
BORNE DE INTERLIGAÇÃO SAK DE 2,5 MM²; 24A/800V
REFERÊNCIA:SAK2,5EN MARCA:CONEXEL

Item : 4
Material: FITA,ISOLANTE;PVC;19MMX20M;33+3M;H0002243782,SCOTCH-BRITE
FITA ISOLANTE; MATERIAL: PVC; COR: PRETA (PRT); MEDIDAS: 19MM X 20M, ESPESSURA
0,19MM; CLASSE A; MARCA: 33+3M; REFERÊNCIA COMERCIAL: H0002243782,SCOTCH-BRITE
NORMA ROHS COMPLIANT 2002/95/EC, MEMÓRIA ELÁSTICA, FAIXA DE TEMPERATURA: 0°C ATÉ
105°C UTILIZAÇÃO: ISOLAÇÃO ELÉTRICA DE FIOS E CABOS DE ATÉ 750V (MANUTENÇÃO ELÉTRICA)

Item : 5
Material: QUADRO COMANDO;CEMAR;500X500X250MM;FLANGE;901115,LEGRAND
QUADRO DE COMANDO;CEMAR;DIMENSÕES 500X500X250MM;COM FLANGE;REFERÊNCIA 901115,LEGRAND

Item : 6
Material: CHAVE,NIVEL;15A;250V;2M;CB2002,MARGIRIUS
CHAVE DE NIVEL TIPO BOIA;
CAPACIDADE: 15A / 250V;
COMPRIMENTO CABO: 2M;
REFERENCIA COMERCIAL: CB2002,MARGIRIUS

Item : 7
Material: QUADRO,COMANDO;500X500X200MM;S/FLANGE;902313,CEMAR
QUADRO DE COMANDO DE SOBREPOR(QCS) SEM FLANGE COM IP54, COR CINZA COM PINTURA
ELETROSTÁTICA, ACOMPANHA PLACA DE MONTAGEM NA COR LARANJA
DIMENSÕES: 500MM(A)X500MM(L)X200MM(P)
REFERENCIA COMERCIAL: 902313,
FABRICANTE: CEMAR

Item : 8
Material: MODULO,TOMADA;2P+T;10A;BRANCO;1427,FAME;APL ESTUFA
MODULO DE TOMADA PADRAO BRASILEIRO; 2P+T; 10A;
COR BRANCO
REFERENCIA: 1427;
FABRICANTE: FAME
APLICACAO: QUARTO ESTUFA

Item : 9
Material: TOMADA,SOBREPOR;2P+T;16A;GHG5114306R3001,CEAG;APL BALANCA
TOMADA DE SOBREPOR 2P+T 16A 200/250V EEX DE IIC T6 IP66 COM DUAS ENTRADAS M20
REFERENCIA COMERCIAL GHG5114306R3001 FABRICANTE CEAG (P&R)
APLICAÇÃO: BALANÇA
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
MARCAÇÃO PARA 94/9 / EC: II 2 G EX ED IIC T6 / II 2 D EX TD A21 IP66 T80 ° C;
CERTIFICADO DE EXAME EC-TYPE: TOMADA DE PAREDE, PLUGUE E ACOPLADOR: PTB 99 ATEX 1039
SOQUETE DE FLANGE: PTB 99 ATEX 1040 U;
CERTIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE IECEX: IECEX BKI 04.0002;
TIPO DE PROTEÇÃO IECEX: EX DE [IA] IIC T6 / T5;
TEMPERATURA AMBIENTE PERMITIDA: -20 ° C A + 40 ° C;
TENSÃO NOMINAL: ATÉ 400 V (3 POLOS) / 690 V (4 POLOS) / 500 V (5 POLOS) CA;
CORRENTE NOMINAL: 16 A;
FREQÜÊNCIA: ATÉ 400 HZ;

CAPACIDADE NOMINAL DE FABRICAÇÃO / INTERRUPÇÃO NOMINAL AC-3 ACCD. EN 60947-3: UE 250 V / IE 16 A (3 PÓLOS), UE 690 V / IE 16 A (4 PÓLOS), UE 500 V / IE 16 A (5 PÓLOS);
FUSÍVEL DE RESERVA EXTERNO, MÁX .: SEM TERM. PROTEÇÃO: 16 A / COM TERM. PROTEÇÃO: 35 A GL (CORRENTE NOMINAL 16 A AJUSTADA PARA);
CLASSE DE ISOLAMENTO: I;
GRAU DE PROTEÇÃO CONFORME EN 60529: IP66;
TOMADA:
PRENSA-CABOS: 1 X M25 Ø 8 ? 17 MM, 1 X PLUGUE DE PARAFUSO EX M25 OU 2 X ROSCA DE METAL M20 COM PLUGUE DE PARAFUSO EX DE PLÁSTICO;
TERMINAIS DE CONEXÃO: 2 X 1 ? 4 MM²;
MATERIAL DO INVÓLUCRO: POLIÉSTER REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO;
SOQUETE DE FLANGE:
TERMINAIS DE CONEXÃO: 2 X 1 ? 4 MM²;
MATERIAL DO INVÓLUCRO: POLIAMIDA.
MEDIDAS:
PESO (KG): 1.3000
ESPESSURA (CM): 2.2300
LARGURA (CM): 0.9000
COMPRIMENTO (CM): 2.2300

Item : 10
Material: INSERTO,FEMEA;16-POLOS;TMH16F,HARDE
INSERTO FÊMEA; PARA 16 POLOS;
GRAU DE PROTEÇÃO: IP55;
MATERIAL: ALUMÍNIO INJETADO;
CAPACIDADE DOS CONTATOS: 16A - 400V CA;
TEMPERATURA DE TRABALHO: -40°C +125°C;
REFERÊNCIA COMERCIAL: TMH16F;
FABRICANTE: HARDE;
APLICAÇÃO: CSB043 / CABINE DE SEGURANÇA BIOLÓGICA/ROCHA LIMA 4º ANDAR

Item : 11
Material: INSERTO,MACHO;16-POLOS;TMH16M,HARDE
INSERTO MACHO; PARA 16 POLOS;
GRAU DE PROTEÇÃO: IP55;
MATERIAL: ALUMÍNIO INJETADO;
CAPACIDADE DOS CONTATOS: 16A - 400V CA;
TEMPERATURA DE TRABALHO: -40°C +125°C;;
REFERÊNCIA COMERCIAL: TMH16M;
FABRICANTE: HARDE;
APLICAÇÃO: CSB043 / CABINE DE SEGURANÇA BIOLÓGICA/ROCHA LIMA 4º ANDAR

Item : 12
Material: RELE;FALTA-FASE;220VCA;BVTD-P,COEL
RELÉ FALTA/SEQUÊNCIA DE FASE TRIFÁSICO;
220VCA;
50/60HZ;
CONTATO: 1 NA/NF;
DIMENSÕES DO PRODUTO(AXLXP): 35.8X90X73MM;
REFERÊNCIA: BVTD-P;
FABRICANTE: COEL;
APLICAÇÃO: CFR007 - CÂMARA FRIA.

Item : 13
Material: INTERRUPTOR,HORARIO;220VCA;RECARREGAVEL;BWT40DRRP,COEL
INTERRUPTOR DE HORÁRIO TIMER DIGITAL;
ALIMENTAÇÃO: 220VCA
FREQUÊNCIA DE REDE: 48 A 63 HZ
TEMPERATURA AMBIENTE DE OPERAÇÃO: 0 A 55°C
TEMPERATURA AMBIENTE DE ARMAZENAGEM: -40 A 70°C
UMIDADE RELATIVA DO AR: 35 A 85% (NÃO CONDENSADO)
SAÍDAS: 2 RELÉS SPDT 8A ? 250VCA
DISPLAY: LCD MULTI-INDICATIVO (6 DÍGITOS)

FUNÇÕES ADICIONAIS: HORÁRIO DE VERÃO / ACIONAMENTO MANUAL DA SAÍDA
FIXAÇÃO: TRILHO DIN
BATERIA: A BATERIA DO BWT AGORA É RECARREGAVEL
LARGURA - 36MM
ALTURA - 90MM
PROFUNDIDADE - 73MM
REFERÊNCIA: BWT40DRRP
FABRICANTE: COEL

Item : 14
Material: SINALEIRO,OLHO BOI;VERDE;24V;1W;PLR108VD,JNG
SINALEIRO
TIPO: MINIATURA OLHO DE BOI
RABICHO: COM RABICHO
ROSCA: TERMOPLASTICA
COR: VERDE
TENSAO NOMINAL: 24 VCC
POTENCIA: 1 W
TIPO LAMPADA: NEON
GRAU PROTECAO: IP20
REFERENCIA: PLR108VD - 12 927
FABRICANTE: JNG

Item : 15
Material: SINALEIRO,OLHO BOI;VERMELHO;24V;1W;PLR108VM,JNG
SINALEIRO
TIPO: MINIATURA OLHO DE BOI
RABICHO: COM RABICHO
ROSCA: TERMOPLASTICA
COR: VERMELHO
TENSAO NOMINAL: 24 VCC
POTENCIA: 1 W
TIPO LAMPADA: NEON
GRAU PROTECAO: IP20
REFERENCIA: PLR108VM - 12 928
FABRICANTE: JNG

Item : 16
Material: TAMPA,PLANO,LISA;BR;1,5MMX3M;DT1514000,DUTOTEC
TAMPA
FORMATO: PLANO
TIPO: LISA
MATERIAL FABRICACAO: ALUMINIO
COR: BRANCO
ESPESSURA PAREDE: 1,5 MM
COMPRIMENTO: 3,0 METROS
REFERENCIA: DT 15140.00
FABRICANTE: DUTOTEC

Item : 17
Material: BLOCO,CEGO;BRANCO;DX9920000,DUTOTEC
BLOCO TIPO: CEGO COR: BRANCO APLICACAO: CAIXA DE TOMADA DIENSOES: 100 X 100 X 100 MM
REFERENCIA: DX 99200-00 FABRICANTE: DUTOTEC

Item : 18
Material: MODULO,ENTRADA;PIAL-PLUS;2P+T;20A;250V;615079,PIAL LEGRAND
MÓDULO DE TOMADA; 2P+T; LINHA PIAL PLUS;
COR: VERMELHO; MATERIAL: PLÁSTICO;
TENSÃO ELÉTRICA: 250V;
CORRENTE ELÉTRICA: 20A;
PINOS CILÍNDRICOS Ø4,8MM COM IDENTIFICADOR DE TENSÃO;
REFERÊNCIA COMERCIAL: 615079;
FABRICANTE: PIAL LEGRAND

Item : 19
Material: MODULO,TOMADA;2P+T;20A;BRANCO;MODULARE/EVIDENCE;1428,FAME
MÓDULO TOMADA; 2P+T;
LINHA: MODULARE / EVIDENCE;
MATERIAL: TERMOPLÁSTICO ANTI-CHAMA;
COR: BRANCO;
CORRENTE: 20 A;
TENSÃO MÁXIMA: 250 V;
REFERÊNCIA COMERCIAL: 1428;
FABRICANTE: FAME.

Item : 20
Material: PLACA,2POSTOS;BRANCA;4X2;618506,PIAL LEGRAND
PLACA PARA CAIXA DE INTERRUPTOR DE TOMADA COM 02 POSTOS SEPARADOS DA LINHA PIALPLUS, MEDIDA 4X2;
COR BRANCA;
REFERÊNCIA 618506,
FABRICANTE: PIAL LEGRAND

Item : 21
Material: QUADRO DISTR FORCA;16 DISJ;DIN;100A;903411/N,CEMAR
QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FORÇA; PARA 16 DISJUNTORES; PADRÃO DIN; DE SOBREPOR; COR BEGE RAL 7032; COM BARRAMENTO F+N+T DE 100A; QDSTN; REF 903411/N, CEMAR
OBSERVAÇÕES: PROJETADO PARA MONTAGEM COM MINI-DISJUNTORES SISTEMA N, MODELO 5SX; MODELO WML; PADRÃO BOLT-ON: QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO NO FUSE COM BARRAMENTO + GERAL, PARA DISJUNTORES BOLT-ON; PROJETADO PARA MONTAGEM COM TODAS AS MARCAS DE DISJUNTORES BOLT-ON EXISTENTES NO MERCADO; DISTRIBUIÇÃO UNIVERSAIS PARA DISJUNTORES DIN/BOLTON E BARRAMENTO TRIFÁSICO OU BIFÁSICO; FORNECIDO SEM BARRAMENTO; EMBALAGEM COM 1 PEÇA.

Item : 22
Material: CANALETA,PA/SA;PVC;300X300MM;TQ;HD2PF,HELLERMANN
CANALETA; PAREDE ABERTA E SEMIABERTA; MATERIAL EM PVC; MEDIDAS 300MM X 300MM; COR TQ (AZUL PETRÓLEO); REFERÊNCIA COMERCIAL/MODELO HD2PF; MARCA/FABRICANTE HELLERMANN, APLICAÇÃO QUADRO DE COMANDO ELÉTRICO

Item : 23
Material: PLUGUE;PROFISSIONAL;REFOR;2P+T;10A,250V;615852,PIAL LEGRAND
PLUGUE DE TOMADA;
LINHA CONECTA PROFISSIONAL REFORÇADO;
PADRÃO BRASILEIRO, 3 PINOS, SENDO (2 PINOS + 1 TERRA), CORRENTE 10A,;
TENSÃO 250V;
COR PRETA, SAÍDA LATERAL E/OU AXIAL COM PRENSA CABO, PARA CABOS COM DIÂMETRO EXTERNO ATÉ 13MM;
MODELO/REFERÊNCIA COMERCIAL 615852;
FABRICANTE/MARCA PIAL LEGRAND

Item : 24
Material: CHAVE,COMUTADORA;5-POLOS;10-2A170/10Z+FS,EFE-SEMITRANS
CHAVE COMUTADORA;
POLOS; 5;
TERMINAIS: 20;
POSIÇÕES: SEM 0; COM 1 E 2;
REFERÊNCIA COMERCIAL: 10-2A170/10Z+FS;
FABRICANTE: EFE-SEMITRANS;
APLICAÇÃO: PAINÉIS ELÉTRICOS.

Item : 25
Material: VIDEO,PORTEIRO;100/240V;50/60HZ;BRANCA;IVR1010,INTELBRAS
VIDEO PORTEIRO; TENSÃO 100 / 240 VAC (BIVOLTS); FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO 50/60 HZ; COR BRANCA; TELA DE 4,3?; CÂMERA COM VISUALIZAÇÃO NOTURNA; ENTRADA PARA BOTOEIRA; ALARME ANTIVIOLAÇÃO; ABERTURA DE ATÉ 2 PORTÕES; MODELO/REFERÊNCIA COMERCIAL IVR1010; MARCA/FABRICANTE INTELBRAS

Item : 26
Material: FONTE,ELETRICA;ENCAPSULADA;12V;CPD.07192,FABRIMAR
FONTE ELÉTRICA ENCAPSULADA; LINHA VISION
TENSÃO: 12V;
ENTRADA: BIVOLT;
FREQUÊNCIA: 50 / 60 HZ;
REFERÊNCIA COMERCIAL: CPD.07192;
FABRICANTE: FABRIMAR.

Item : 27
Material: MODULO,ENTRADA;INTERRUPTOR;2P+T;10A;250V;612005,PIAL LEGRAND
MÓDULO DE TOMADA ENTRADA INTERRUPTOR BOTÃO TÁTIL BIPOLAR; COR CINZA; MATERIAL PLÁSTICO; 2P+T (2 PINOS+ 1 TERRA); CORRENTE ELÉTRICA 10 AMPERES; TENSÃO ELÉTRICA 250 VOLTS; REFERÊNCIA COMERCIAL 612005; MARCA/FABRICANTE PIAL LEGRAND

Item : 28
Material: PLUGUE,MACHO;10A;250V;2P+T;CINZA;615921,PIAL LEGRAND
PLUGUE; TIPO: MACHO RETO; SAÍDAS: 2P + T (DUAS SAÍDAS E UM PINO DE TERRA); CAPACIDADE DE CORRENTE: 10 AMPERES; TENSÃO: 250V; SAÍDA: AXIAL; COR: CINZA; REFERÊNCIA COMERCIAL 615921; MARCA/FABRICANTE: PIAL LEGRAND; APLICAÇÃO DIVERSAS

Item : 29
Material: LÂMPADA MISTA; 220V; 250W; BOCAL E40
LÂMPADA MISTA; 220V; 250W; BOCAL E40*******

Item : 30
Material: LÂMPADA FLUORESCENTE;COMUM;LINEAR;TUBULAR CONVENCIONAL;32W
LÂMPADA FLUORESCENTE; COMUM; LINEAR; TUBULAR CONVENCIONAL; 32W*******
LÂMPADA FLUORESCENTE
Lâmpada Fluorescente comum, linear
Modelo: tubular convencional
Bulbo: T8 (26mm)
Potência: 32w
Base: G13 - Bipino
Cor bulbo: branco
Temperatura cor: 5500k.

Item : 31
Material: LÂMPADA FLUORESCENTE; COMPACTA; 127 V X 9 W
LÂMPADA FLUORESCENTE; COMPACTA; 127 V X 9 W*******

Item : 32
Material: LÂMPADA FLUORESCENTE; COMPACTA; 127 V X 20 W
LÂMPADA FLUORESCENTE; COMPACTA; 127 V X 20 W*******

Item : 33
Material: LAMPADA TUBULAR;ULTRAVIOLETA;15W
LÂMPADA UV 15W GERMICIDA
AÇÃO GERMICIDA PARA ESTERILIZAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE BACTÉRIAS

Item : 34
Material: LAMPADA TUBULAR;ULTRA VIOLETA;20W;T8
LÂMPADA TUBULAR ULTRA VIOLETA 20W T8

Item : 35
Material: LAMPADA;LED;TUBULAR;18W;BIVOLT;T8;G13;1200MM
LAMPADA LED TUBULAR; POTENCIA 18W; TENSÃO BIVOLT; T8; BASE G13; DIMENSÃO 1200MM
NOTA: O ITEM DEVE SER CERTIFICADO NO INMETRO
NOTA: ESTE ITEM SUBSTITUI O DE CÓDIGO ERP 24893.

Item : 36
Material: LAMPADA,LED;15W;100-230VAC;BR;6500K;1550LM
LÂMPADA LED 15W BRANCA 6500K FLUXO LUMINOSO 1550 LÚMENS, INTENSIDADE LUMINOSA DE 4000CD.

Item : 37
Material: LAMPADA,FLUOR,TUB,T8,15W,G13,NEGRA,450MM,15WBL,GERMFREE
LAMPADA FLUOR; TUBO T8 ;15W; G13; LUZ NEGRA 450MM; 48CM ONDE SERÁ
APLICADO:LATEV;TAG:CSB043
PROPOSTA:210197 BBF-455 REFERENCIA COMERCIAL 15WBL FABRICANTE GERMFREE APLICACAO
USADA PARA ESTERILIAÇÃO A PARTE INTERNA DA CABINE

Item : 38
Material: LAMPADA,LED;GLOBE;30W;E27;6500K;BIVOLT
LÂMPADA ALTA POTÊNCIA DE LED; GLOBE; 30W; 6500K; BIVOLT;
DIMENSÕES: 100 X 175MM;
TIPO DE SOQUETE: E27;
AUTONOMIA: 25000H;
ACABAMENTO DA LÂMPADA: LEITOSO;
ÍNDICE DE PROTEÇÃO: IP20

Item : 39
Material: LAMPADA,LED;CAPACIDADE150W;TEMPERATURA;COR;5000-6000K
LÂMPADA EM LED COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 150W, TEMPERATURA DE COR ENTRE 5000 E
6000K, COM VIDA ÚTIL ACIMA DE 5000 HORAS

Item : 40
Material: LAMPADA,LED;TUBULAR;T8;HO;G13;65W;6500K,BIVOLT
LÂMPADA DE LED; TUBULAR T8 HO; BIVOLT;
POTÊNCIA: 65W;
TEMPERATURA DE COR: 6500K;
FLUXO LUMINOSO DO LED: 5850 LM;
ÂNGULO DE ABERTURA: 180°;
IRC: >80;
FONTE DE LUZ: SMD;
GRAU DE PROTEÇÃO: IP20;
FREQUÊNCIA: 50HZ/60HZ;
TEMPERATURA OPERACIONAL: 45°C;
TEMPERATURA AMBIENTE: -20 + 50°C;
MATERIAL: POLICARBONATO E ALUMÍNIO;
PESO: 283G;
DIMENSÃO: 240CM;
SISTEMA DE FIXAÇÃO: SOQUETE G13;
FATOR POTÊNCIA (FP): > 0,92;
VIDA ÚTIL DO LED: ATÉ 25.000 HORAS

Item : 41
Material: LAMPADA,HALOGENA;BIPINO;GY6.35;50W;24V;3000K
LÂMPADA HALOGENA; BIPINO;
BASE: GY6.35;
POTÊNCIA: 50 W;
VOLTAGEM: 24 V;
BULBO: T 12;
TEMPERATURA DE COR: 3000 K;
COR DA LUZ: BRANCO QUENTE;
FLUXO LUMINOSO: 900 LM;
VIDA ÚTIL: 2000 H.

Item : 42
Material: LAMPADA,LED;BULBO;A55;6W;BIVOLT;3000K
LÂMPADA DE LED; BULBO A55;
MATERIAL: POLICARBONATO, ALUMÍNIO E PLÁSTICO;
POTÊNCIA: 6 W;
TENSÃO: BIVOLT;
SOQUETE: E27;
TEMPERATURA DE COR: 3000 K (BRANCO QUENTE;
EFICIÊNCIA LUMINOSA: 90 LM/W;
FLUXO LUMINOSO: 540 LM; GRAU DE PROTEÇÃO: IP20.

Item : 43
Material: LAMPADA,LED;BULBO;BIVOLT;3000K;9W;AMARELA
LAMPADA,LED;BULBO;BIVOLT;3000K;9W;AMARELA;UN
CARACTERÍSTICAS:
-POTÊNCIA: 9W
-TENSÃO: 100-240V
- FREQUENCIA: 50/60HZ
-CONECTOR: E27
- TEMP DA COR: 3000K
- DIMENSÕES: 58MM X 106MM
- PESO:23G

ANEXO III

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

(Processo Administrativo n° *25386.001696/2026-82*)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº *xx*/*xxxx*, QUE FAZEM ENTRE SI O INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS/FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ E .....

A Fundação Oswaldo Cruz , por intermédio do(a) Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos, com sede no(a) Av. Brasil, 4365, na cidade de Rio de Janeiro - RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.781.055/0015-30, neste ato representado(a) pelo(a) Diretora , Sra. Rosane Cuber Guimarães, nomeado(a) pela Portaria nº 547, de 17 de Junho de 2025, publicada no DOU de 23 de Junho de 2025, portadora da Matrícula Funcional nº 1353412, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 10 de 10 de janeiro de 2024, do Sr. Presidente da Fiocruz, publicada no DOU, Seção 2, em 24/01/2024, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) *[CONTRATADO]*, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº *[CNPJ],* sediado(a) na *[endereço]*, na cidade de *[cidade]*/*[UF]*, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por *[nome e função no CONTRATADO]*, conforme *[atos constitutivos da empresa]* ***OU*** *[procuração apresentada nos autos],* tendo em vista o que consta no Processo nº *25386.001696/2026-82* em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) *Pregão Eletrônico* nº *451/2026,* mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a *aquisição de material elétrico e automação diversos,* em atendimento a Bio-Manguinhos nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. *O Edital da Licitação;*

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados da última assinatura aposta no instrumento de contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.*

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R$* ***xxxxxx*** *(****xxxxxxxxx****).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *30 (trinta) dias*;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.17. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*

10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

10.9. *O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

10.10. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

10.10.1. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*

10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

10.12. *Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

13.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];
II) Fonte de recursos: [...];
III) Programa de trabalho: [...];
IV) Elemento de despesa: [...]; e
V) Plano interno: [...]; e
VI) Nota de empenho: [...];

15.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

18.1. A contratada comprovou a regularidade respectiva, conforme consultas ao SICAF, CADIN e consulta consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Lista de Inidôneos do TCU, CNJ e CEIS), em ___/___/20__, anexadas ao processo nº 25386.001696/2026-82.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro, Seção Judiciária da Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____
Representante legal do CONTRATANTE

_____
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Contrato para Licitação e Contratação Direta – Compras – Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025

ANEXO IV

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLÓGICOS
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
(Processo Administrativo n° *25386.001696/2026-82*)
Ata de Registro de Preços nº *XX*/*XXXX*

A Fundação Oswaldo Cruz , por intermédio do(a) Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos, com sede no(a) Av. Brasil, 4365, na cidade de Rio de Janeiro - RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.781.055/0015-30, neste ato representado(a) pelo(a) Diretora , Sra. Rosane Cuber Guimarães, nomeado(a) pela Portaria nº 547, de 17 de Junho de 2025, publicada no DOU de 23 de Junho de 2025, portadora da Matrícula Funcional nº 1353412, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 10 de 10 de janeiro de 2024, do Sr. Presidente da Fiocruz, publicada no DOU, Seção 2, em 24/01/2024, considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º *25386.001696/2026-82*, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual *aquisição de material elétrico e automação diversos*, especificado(s) no(s) item(ns) *XX* do Termo de Referência, anexo *XX* do *edital de licitação* n.º *xxxx*/*xxxx*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item Do TR	Fornecedor *[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]*							
X	Especificação	Marca *(se exigida no edital)*	Modelo *(se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) *INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE IMUNOBIOLÓGICOS – BIO-MANGUINHOS/FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ*.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS *(item obrigatório)*

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Modelo Ata de Registro de Preços - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital;* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Modelo Ata de Registro de Preços - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor *[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]*							
X	Especificação	Marca *(se exigida no edital)*	Modelo *(se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor *[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]*							
X	Especificação	Marca *(se exigida no edital)*	Modelo *(se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Modelo Ata de Registro de Preços - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: NOV/2025

Portaria da Diretoria Executiva

PORTARIA Nº 1, de 24 de fevereiro de 2026

O Diretor Executivo da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 2.277, de 12 de abril de 2023, da Casa Civil; pela Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2024, da Fiocruz e pelo Decreto nº 11.228, de 07 de outubro de 2022 - Estatuto Fiocruz.

RESOLVE:

1.0 - PROPÓSITO
Art. 1º Disciplinar, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o procedimento de apuração de responsabilidade relacionado às infrações praticadas nos certames licitatórios e nos atos subsequentes à sessão competitiva, e a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

2.0 - OBJETIVO
CAPÍTULO I
DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

Art. 2º Os licitantes ou contratados serão responsabilizados administrativamente pelo cometimento de infrações, e penalizados com advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade sancionadora, com base nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.
§1º A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
§2º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
Art. 3º Garantido o contraditório e a ampla defesa, serão consideradas infrações, com possibilidade de aplicação das respectivas sanções:
I. dar causa à inexecução parcial do contrato que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, e não se justifique a imposição de penalidade mais grave:
a. advertência;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
II. dar causa à inexecução parcial do contrato que tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique a imposição de penalidade mais grave:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
III. dar causa à inexecução total do contrato:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
V. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível, solicitar desclassificação da proposta quando encerrada a etapa competitiva, deixar de apresentar amostra quando exigido no instrumento convocatório, ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:
a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;
b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando agir em conluio ou em desconformidade com a legislação em vigor, induzir deliberadamente a erro no julgamento das propostas, ou apresentar amostra falsificada, deteriorada ou em desconformidade com as especificações do edital:
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
XI. praticar atos ilícitos com vistas a fraudar os objetivos da licitação:
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira):
a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;
b. multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.
§1º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar também poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II ao VII quando justificada a imposição de penalidade mais grave.
§2º A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de competência exclusiva da Presidência da Fiocruz, será precedida de análise jurídica.
§3º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no *caput* do art. 2º desta Portaria.
§4º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
§5º Respeitando os limites mínimos e máximos das sanções previstas para cada uma das infrações, a dosimetria será

calculada mediante utilização da tabela presente no Anexo I desta Portaria.
§6º No caso de infrações cometidas no âmbito dos certames licitatórios, a aplicação da sanção de multa terá como base de cálculo o valor estimado total do item ou lote pelo qual o licitante está objetivando a contratação, a ser expressa no edital/contrato.
§7º A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Fiocruz.
Art. 4º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora que poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsão do instrumento convocatório, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.
§1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Fiocruz a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.
§2º A conversão prevista no § 1º será analisada no caso concreto, até o prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias de atraso, quando será automaticamente convertida para compensatória, podendo ensejar na extinção do contrato.
§3º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.
§4º Também incidirá multa moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), nos casos de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
§5º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia das contratações autoriza a Fiocruz a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21, de 1º de abril de 2021.
Art. 5º Na aplicação das sanções previstas neste artigo serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CAPÍTULO II
DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES E DAS SANÇÕES

Seção I
Das circunstâncias atenuantes

Art. 6º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, e desde que devidamente comprovadas, são situações que, cumulativamente, atenuam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:
I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;
II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;
III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;
IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se, cumulativamente, que:
a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;
b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.
V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à Fiocruz.

Seção II
Das circunstâncias agravantes

Art. 7º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, são situações que, cumulativamente, agravam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:
I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das

condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou
IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.
Art. 8º No estabelecimento da pena, o cálculo para dosimetria da sanção considerará a soma dos critérios agravantes aplicáveis ao caso concreto, subtraído da soma dos percentuais atenuantes, e o resultado dessa operação indicará o percentual (alíquota) da multa e dos meses de impedimento/inidoneidade a serem aplicados.

CAPÍTULO III
DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Seção I
Da instauração do processo

Art. 9º Quando verificada hipótese de descumprimento, total ou parcial, das regras estabelecidas no termo de referência, no projeto básico, no instrumento convocatório, no contrato administrativo, bem como em legislações correlatas, conforme o caso, o pregoeiro, agente de contratação, fiscal ou gestor do contrato deverá adotar as providências cabíveis, relacionadas ao seu poder-dever de agir.
Art. 10 As providências preliminares mencionadas no artigo anterior deverão ocorrer através de processo relacionado ao processo licitatório ou de gestão contratual, conforme o caso.
Art. 11 Observadas as razões para continuidade da apuração, o servidor público mencionado no art. 9º deverá providenciar a comunicação preliminar ao contratado/licitante para que este apresente seus esclarecimentos prévios.
Parágrafo único. A comunicação preliminar do contratado/licitante deverá ser realizada por meio de instrumento formal, conforme exemplo previsto no Anexo II desta Portaria.
Art. 12 Após o envio da comunicação preliminar, caso o contratado/licitante apresente manifestação consistente ou reversão de conduta, após o prazo concedido, a apuração preliminar deverá ser encerrada.
Parágrafo único. Caso o contratado/licitante não apresente manifestação consistente, reversão de conduta ou abstenha de se manifestar, após o prazo concedido, o servidor público mencionado no art. 9º deverá solicitar à autoridade competente autorização para instauração do processo de apuração de responsabilidade, indicando, no que couber:
I. Descrição da conduta praticada pelo licitante ou contratado;
II. Indicação das cláusulas editalícias ou contratuais e dispositivos legais infringidos;
III. Cópia do edital/termo de referência/projeto básico;
IV. Cópia do contrato, ou, na sua falta, do instrumento congênere, dos termos aditivos e dos apostilamentos, se houver;
V. Cópia de notas fiscais/fatura;
VI. Cópia da publicação da nomeação do responsável pela fiscalização/gestão do contrato ou do recebimento do objeto;
VII. Comunicação preliminar com o comprovante de recebimento;
VIII. Documentos comprobatórios da infração em questão, com as devidas trocas de e-mails, fotos, e qualquer meio que comprove o ilícito administrativo;
IX- Resposta da comunicação preliminar, se houver;
X. Relatório contendo uma análise da Comunicação preliminar e a recomendação para a apuração de responsabilidade, conforme exemplo presente no Anexo III deste Decreto.
Art. 13 Recomenda-se a concessão do prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o licitante/contratado se manifeste em relação à comunicação preliminar de que trata o art. 11 desta Portaria.
Parágrafo único. A não manifestação do licitante/contratado no prazo concedido não obsta o prosseguimento do processo administrativo de apuração de responsabilidade.
Art. 14 A autoridade competente da Unidade, após análise, entendendo pelo prosseguimento do processo, emitirá o Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade, conforme Anexo IX desta Portaria, e o remeterá à Comissão de Apuração de Responsabilidade, para providências cabíveis.

Seção II
Da Comissão de Apuração de Responsabilidade - COAR

Art. 15 Garantindo o devido processo legal, para aplicação das sanções de que trata esta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido por Comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis e 1 (um) suplente, que será responsável pela avaliação dos fatos e circunstâncias, devendo o licitante/contratado eventualmente responsável ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar provas que pretenda produzir.
§1º A Comissão poderá contar com o apoio de outros agentes vinculados às unidades licitantes e/ou fiscalizadoras das contratações em que tenham sido identificadas as irregularidades objeto da responsabilização.
§2º Havendo o deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante/contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
§3º A Comissão poderá indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
§4º A Comissão formará sua convicção, motivadamente, com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.
§5º Para a aplicação da sanção de advertência, prevista no inciso I, do art. 3º desta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido de forma sumária, com a aplicação da referida sanção pela própria Comissão de que trata o *caput* deste artigo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com a observação do previsto nos artigos 9º a 13, desta portaria.
§6º Cada unidade descentralizada deverá constituir Comissão própria para condução do processo administrativo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de que trata esta Portaria.

Seção III
Do julgamento

Art. 16 Encerrados os procedimentos e diligências previstos nos artigos anteriores, a Comissão remeterá o processo de apuração de responsabilidade à autoridade competente da Unidade, devidamente instruído com o relatório final, para emissão de decisão.
Art. 17 O relatório final da Comissão é peça informativa e opinativa que deverá conter o resumo do procedimento e proposta fundamentada de decisão, devendo conter, no mínimo:
I. os fatos;
II. os argumentos apresentados;
III. as provas eventualmente apresentadas;
IV. os fundamentos legais e contratuais para a eventual aplicação da sanção, quando for o caso;
V. a dosimetria da sanção baseada na Tabela presente no Anexo I desta Portaria; e
VI. outras informações necessárias e pertinentes.
Art. 18 A autoridade competente, após receber o processo administrativo correspondente, poderá encaminhar à Procuradoria Federal para emissão de parecer jurídico, em caso de dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a, ou quando a Comissão concluir pela sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.
§1° Após a emissão do parecer jurídico, o processo retornará à autoridade competente para decisão.
§2º A sanção de inidoneidade para licitar ou contratar será obrigatoriamente precedida da análise jurídica pela Procuradoria Federal.
Art. 19 A autoridade competente proferirá decisão, acatando ou não o relatório final apresentado pela Comissão, motivando sua posição.
§1º Na hipótese de a autoridade competente concordar com o Relatório emitido, poderá adotar, como razão de decidir, os fundamentos apresentados pela Comissão, ratificando-os.
§2º Ao proferir decisão no processo de apuração de responsabilidade, a autoridade competente deverá verificar se foram obedecidos, nos respectivos autos, os pressupostos de validade e desenvolvimento regular.
Art. 20 A decisão proferida deverá ser objeto de notificação do licitante/ contratado, por meio de correspondência oficial acompanhada de cópia do relatório de conclusão da instrução e da decisão da autoridade competente.
Art. 21 À autoridade competente da Unidade compete a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar.
Art. 22. À Comissão compete a aplicação da sanção de advertência, cabendo recurso à Autoridade Competente.
Art. 23 Nos termos do inciso I, do §6º, do artigo 156, da lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, compete ao presidente da Fiocruz a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.
Art. 24 Da decisão pela sanção do licitante/contratado responsável pelas infrações previstas nesta Portaria caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação de decisão.
§1º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20

(vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
Art. 25 Nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, a autoridade competente para decidir sobre o recurso poderá se valer do auxílio da Procuradoria Federal para elaboração de suas decisões em relação aos recursos e pedido de reconsideração, quando houver dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a.
Art. 26 Mantida a decisão recorrida, ou esgotados os prazos recursais, o licitante/contratado será devidamente intimado da decisão final, e a autoridade encaminhará os autos do processo para o setor técnico proceder com o registro da penalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
Art. 27 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fiocruz, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização e suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
Art. 28 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outros dispositivos legais que também sejam tipificados como atos lesivos pela lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

CÁPITULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Portaria ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
Art. 30 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a Fiocruz, exigidos, cumulativamente:
I. a reparação integral do dano causado;
II. o pagamento da multa aplicada;
III. o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da sanção, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da sanção, no caso de declaração de inidoneidade;
IV. o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
V. a análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 3º desta Portaria exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
Art. 31 Na apuração dos fatos de que trata esta Portaria, a Comissão atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
Art. 32 A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não impede a responsabilização civil e criminal dos licitantes ou contratados.
Art. 33 Aplicam-se subsidiariamente aos processos administrativos instaurados com base nesta Portaria, no que couber, as disposições da lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
Art. 34 As previsões desta Portaria não se aplicam às infrações e sanções referentes a licitações e contratos administrativos regidos pela lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.
Art. 35 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte, como anexo, de todos os editais de licitação publicados por todas as unidades da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação prévia jurídica.
Art. 36 Fica revogada a Portaria COGEAD nº. 185, de 10 de junho de 2024.

3.0 - VIGÊNCIA
Art. 37 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Documento assinado eletronicamente por **JULIANO DE CARVALHO LIMA**, **Diretor(a) Executivo**, em 24/02/2026, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5933953** e o código CRC **47CE16BD**.

FIOCRUZ

Anexo I

Dosimetria das Sanções

Critérios	Escala						Pontuação
	Nenhuma	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta	
Natureza e a gravidade da infração cometida				x			3
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle				x			3
Os danos que dela provierem para a Administração Pública					x		4
As peculiaridades do caso concreto						x	5

Dosimetria e Circunstâncias	
Selecione as possíveis sanções/incisos:	
Impedimento	IV

Sem Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
15	11,18%	27	-

Atenuante/Agravante (%)			
Atenuantes (até 20%)		1	-4%
Agravantes (até 20%)		4	20%
Total		5	16%

Com Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
17	12,97%	31	-

Nota 1: Para o cálculo da multa a ser aplicada, foi adotado um modelo de fator progressivo, no qual o percentual aumenta de forma escalonada, de acordo com a pontuação atribuída no Quadro de Dosimetria, respeitando os percentuais mínimos e máximos estabelecidos na Portaria e no art. 156 da Lei 14.133/2021.

Nota 2: De forma similar, foram calculados os meses para aplicação das sanções de impedimento e inidoneidade de licitar e contratar. A partir dos limites superior e inferior dos meses e da pontuação do Quadro de Dosimetria, foi calculado um fator a ser aplicado progressivamente, conforme o aumento da pontuação. Assim, 01 ponto corresponde à 01 mês e 20 pontos a 36 meses no caso do impedimento de licitar e contratar. Já a sanção de inidoneidade, 01 ponto corresponde a 36 meses e 20 pontos a 72 meses, conforme limites

estabelecidos na legislação. A cada um ponto adicionado, foram aplicados os fatores de 1,842 e 1,895 para impedimento e inidoneidade, respectivamente.

	As circunstâncias agravantes ou atenuantes	Aplicável?	%
Atenuantes (Até 50%)	I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado		-4%
	II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;		-4%
	III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;		-4%
	IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à FioCruz, observando-se, cumulativamente, que: a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado; b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte; c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.	X	-4%
	V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à FioCruz.		-4%
Agravantes (até 50%)	I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da FioCruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;	X	5%
	II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;	X	5%
	III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou	X	5%
	IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.	X	5%
	Total		16%

Nota 3: Foi adotado o percentual máximo de 20%, conforme modelo de parâmetros agravantes e atenuantes estabelecido no Manual de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União.